



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS
SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM TERRITÓRIOS E
EXPRESSÕES CULTURAIS DO CERRADO**

**CLASSES SOCIAIS E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE
ANÁPOLIS, GOIÁS**

RUBENS ELIAS SANTANA MORAIS

ANÁPOLIS

2021

RUBENS ELIAS SANTANA MORAIS

**CLASSES SOCIAIS E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE
ANÁPOLIS, GOIÁS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades.

Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier.

Coorientadora: Profa. Dra. Janes Socorro Da Luz.

ANÁPOLIS

2021

RUBENS ELIAS SANTANA MORAIS

**CLASSES SOCIAIS E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE
ANÁPOLIS, GOIÁS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades.

Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier.

Coorientadora: Profa. Dra. Janes Socorro Da Luz.

Banca Examinadora

Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas – Membro Externo UFMA/DSE

Profa. Dra. Roseli Martins Tristão Maciel – Membro Interno UEG/TECCER

Profa. Dra. Flávia Maria de Assis Paula – Membro Externo UEG/Geografia
(Suplente)

Prof. Dr. Marcelo de Mello – Membro Interno UEG/TECCER (Suplente)

Anápolis, 26 de abril de 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela força e por ter sustentado a mim e a minha família. Dedico meus agradecimentos também ao meu pai, à minha mãe, aos meus dois irmãos e aos meus sobrinhos, pois eles são o maior presente concedido a mim. Ao meu amigo/irmão, Bruno Augusto, à sua esposa, Kárita, e ao seu filho, Luiz, pelo imenso apoio e amizade sincera.

Gostaria de deixar registrado aqui meus agradecimentos ao Professor Dr. Glauber que tem me orientado em todos os sentidos e que, quando achei que não conseguiria chegar a essa etapa, me motivou e me trouxe até aqui. Muito obrigado por acreditar em mim, Professor Glauber, eu o admiro muito e tenho o maior respeito e consideração por ti.

Agradeço, também, a todos que aceitaram compor a Banca Examinadora, assim, deixo meus agradecimentos: ao Prof. Dr. Cesar, sobre o qual já ouvi muitos elogios e gostaria de conhecê-lo pessoalmente; à Profa. Dra. Roseli Tristão, por ter sido seu aluno no PPG TECCER e pela dedicação que a senhora sempre teve em responder às minhas perguntas em sala de aula; à Profa. Dra. Flávia, por eu ter tido o prazer de ser avaliado por essa professora exemplar em minha apresentação de TCC na graduação, ter sido seu aluno e ter aprendido muito com a senhora; e ao Prof. Dr. Marcelo Mello, por fazer das suas aulas um momento descontraído e com muito aprendizado e informações que, até hoje, me são muito úteis.

Não poderia deixar de agradecer à minha coorientadora, a Profa. Dra. Janes, que sempre me deu o maior apoio. Desde quando a conheci no ensino médio, durante a graduação e agora no mestrado, a senhora sempre esteve próxima a mim, me incentivando a buscar conhecimento.

A todos, o meu muito obrigado!

RESUMO

A presente pesquisa se debruça sobre algumas das consequências que a desigualdade desencadeia dentro do espaço urbano. Para isso, contamos com uma discussão sobre o espaço, bem como a forma que ele é concebido; e sobre a economia, pois cremos que o sistema econômico vigente é causador de muitos dos males presentes na sociedade atual. Assim, passamos por temas importantes, como a construção do espaço, a fragmentação do saber que, envolto à trama feita pelo capitalismo, acaba se tornando aliado na produção e acumulação do capital, e o espaço urbano anapolino, suas distorções e contradições. Como buscamos elucidar as desigualdades presentes na cidade de Anápolis e as violências delas decorridas, trazemos uma série de fotos e ilustrações que demonstram ao leitor o jugo desigual que pesa para grande parcela da população cidadina. A mera descrição do espaço urbano de Anápolis já é o suficiente para demonstrar que, em primeiro lugar, não conhecemos a cidade como ela de fato é, pois criamos uma rotina que nos faz sempre frequentar um perímetro em específico. Evidencia-se, também, que a nossa vivência da cidade não é uma verdade absoluta, nossa concepção da cidade compreende apenas uma dentre as várias formas de se vivenciá-la.

Palavras-chave: espaço urbano; cidade; desigualdades; acumulação de capital.

ABSTRACT

This research focuses on some of the consequences that inequality unleashes within the urban space. For this, we discuss the space, as well as the way it is conceived; and about the economy, as we believe that the current economic system is responsible for many of the evils present in today's society. Thus, we go through important themes, such as the construction of space, the fragmentation of knowledge that, wrapped up in the plot made by capitalism, ends up becoming an ally in the production and accumulation of capital, and the urban space of Anápolis, its distortions and contradictions. As we seek to elucidate the inequalities present in the city of Anápolis and the violence that resulted from them, we bring a series of photos and illustrations that demonstrate to the reader the unequal yoke that weighs for a large portion of the city population. The mere description of the urban space of Anápolis is enough to demonstrate that, in the first place, we do not know the city as it really is, because we create a routine that always makes us frequent a specific perimeter. Second, that our experience of the city is not an absolute truth, our conception of the city comprises only one among the various ways of experiencing it.

Keywords: urban space; city; inequalities; capital accumulation.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Notícia da revista eletrônica Automotive Business sobre investimento de indústria em Anápolis-GO.....	42
Imagem 2:Reportagem presente no site da cidade de Anápolis.....	42
Imagem 3: Foto da entrada do Residencial Sunflower, Anápolis-GO.....	47
Imagem 4: Reportagem do site Portal 6, mulher espanca idoso, Anápolis-GO.....	48
Imagem 5: Parque Ipiranga no Bairro Jundiaí, Anápolis-GO.....	49
Imagem 6: Bairro Jundiaí, Anápolis-GO.....	50
Imagem 7: Reportagem de homicídio no parque Ipiranga, Anápolis-GO.....	51
Imagem 8: Reportagem da Anápolis 360 de assassinato no Bairro Jundiaí, Anápolis-GO.....	51
Imagem 9: Avenida São Francisco, Bairro Jundiaí, Anápolis-GO.....	52
Imagem 10: Futurismo em áreas nobres: foto de uma casa localizada no bairro Anápolis City, Anápolis-GO.....	53
Imagem 11: Reportagem de família feita de refém no bairro Anápolis City, Anápolis-GO.....	54
Imagem 12: Rosas em um muro: proporções exageradas em uma casa, Anápolis City, Anápolis-GO.....	55
Imagem 13: Foto da entrada do condomínio Alphaville, Anápolis-GO.....	56
Imagem 14: As mansões atrás das muralhas, Condomínio Alphaville, Anápolis-GO.....	57
Imagem 15: Praça Ilídio Garcia na Vila São Jorge, Anápolis-GO.....	59
Imagem 16: Foto de uma casa na Rua da Liberdade na Vila São Jorge, Anápolis-GO.....	60
Imagem 17: Reportagem do site Portal 6, homicídio na Vila são Jorge, Anápolis-GO.....	61
Imagem 18: A escalada do cotidiano: foto de uma rua do bairro Santa Cecília, Anápolis-GO.....	62
Imagem 19: Reportagem do site Portal 6, três corpos encontrados em uma casa, bairro Santa Cecília, Anápolis.....	63
Imagem 20: Manchete em um site de imóveis.....	64
Imagem 21: Reportagem do jornal Estado de Minas sobre aumento de pobreza.....	65
Imagem 22: Imagem de satélite do Bairro da Lapa, Vila Fabril e a malha urbana.....	66
Imagem 23: Foto da GO 330 e a entrada para o bairro da Lapa, Anápolis-GO.....	67
Imagem 24: Jovem assassinado em casa no Bairro da Lapa, Anápolis-GO.....	68
Imagem 25: Onde não chega a estrutura: foto da parte sem asfalto do bairro da Lapa, Anápolis-GO.....	69
Imagem 26: Da ocupação a regularização: foto no bairro Novo Paraíso, Anápolis-GO.....	70
Imagem 27: O beco: viela no bairro Novo Paraíso, Anápolis-GO.....	71

Imagem 28: Descida de uma viela no bairro Novo Paraíso, Anápolis-GO	71
Imagem 29: Homicídio após discutir por causa do lixo, Bairro Novo paraíso, Anápolis-GO.	73
Imagem 30: Foto das casas do conjunto habitacional de interesse social, Residencial Leblon, Anápolis-GO.....	74
Imagem 31: Mapa de localização do Residencial Leblon, Anápolis-GO	75
Imagem 32: Homicídio de jovem por dívida de R\$ 300,00 no Residencial Leblon, Anápolis	76
Imagem 33: Rotatória de encontro entre a BR-153 e a Av. Juscelino Kubitschek/saída da rotatória pela Rua Francisco Valoz, Anápolis/GO, 2019.....	76
Imagem 34: Rotatória de encontro entre a BR-153 e a Av. Juscelino Kubitschek/saída da rotatória pela Rua Francisco Valoz, Anápolis/GO, 2019.....	77
Imagem 35: Av. Ilha Formosa, conjunto habitacional ao fundo e construções mais recentes à frente, Residencial Leblon, Anápolis/GO, 2019.....	77
Imagem 36: Fachada de uma casa Conjunto Habitacional Filostro Machado, Anápolis-GO..	79
Imagem 37: Reportagem de mulher brutalmente assassinada, Conjunto Filostro Machado, Anápolis-GO.....	80
Imagem 38: Moradia improvisada no Bairro Jardim Primavera 1 Etapa, Anápolis-GO	81
Imagem 39: Propriedade com moradia improvisada ou moradia digna sem propriedade?	81
Imagem 40: Notícia de notícia sobre homem assassinado na frente da esposa e das enteadas, Jardim Primavera 1 Etapa, Anápolis-GO.....	82

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO DO SABER, A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A FORMAÇÃO DO URBANO	16
1.1 A especialização do trabalho/saber e a concepção distorcida do espaço	17
1.2 A produção do espaço e suas contradições	22
1.3 A dimensão urbana como apropriação do espaço	28
1.4 A burocracia e a tecnocracia como ferramentas a serviço do capital	34
CAPÍTULO II: A CIDADE DE ANÁPOLIS, ESPAÇOS DA BURGUESIA E ESPAÇOS DO PROLETARIADO	38
2.1 A cidade de Anápolis	40
2.2 As classes sociais e o espaço urbano.....	44
2.2.1 O ESPAÇO DA BURGUESIA	46
2.2.2 O ESPAÇO DO PROLETARIADO.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	86

APRESENTAÇÃO

A cidade de Anápolis surgiu como ponto de abastecimento e descanso para os mascates, vendedores itinerantes, que faziam suas paradas às margens do Rio das Antas, referência ao longo da qual a cidade se desenvolveu. Com a construção da capela de Sant'Ana, no final do século XIX, cresceu o povoamento nos arredores da capela, onde, a princípio, se formou uma freguesia e, em 1907, passou a ser denominada de cidade de Anápolis, sediando o município com o mesmo nome.

Naquela época, Anápolis não apresentava uma produção agropecuária significativa. A primeira atividade econômica em Goiás foi a mineração, mas, em Anápolis, essa atividade não ocorreu. E, apesar de Anápolis não ter sua formação pautada na mineração de ouro, isso influenciou de forma indireta seu povoamento, uma vez que se tornou ponto local de abastecimento do comércio regional, articulando as antigas áreas mineradoras próximas aos principais centros do país e atraindo população e investimentos. Isso se deu porque a cidade estava em um ponto estratégico em relação as outras, dessa forma, ela passou a receber e distribuir os fluxos provenientes do Triângulo Mineiro e de outros centros dinâmicos, encaminhando-os para o norte de Goiás e as demais regiões. Ao mesmo tempo, a cidade processava a produção local e regional e, em seguida, enviava para os centros econômicos mais importantes do país. Com isso, Anápolis passou a ser importante lugar de armazenamento e processamento de produtos advindos da agropecuária, principalmente da produção de grãos.

Com a chegada da ferrovia, em 1935, Anápolis fortaleceu ainda mais a posição de ponto estratégico e consolidou sua função de receptora e distribuidora de mercadorias, o que desencadeou um crescimento econômico¹, como afirma Polonial (1995, p. 41),

Anápolis foi duplamente beneficiada com a chegada da ferrovia. Primeiro, pela própria implementação da estrada de ferro, contribuindo para dinamizar a economia da região; segundo porque a cidade passou a ser ponto terminal dos trilhos, servindo como entreposto comercial na troca de mercadorias de vasta região do Estado de Goiás.

Outro fator fundamental para o desenvolvimento comercial da cidade foi o processo de ampliação da rede rodoviária na esteira da construção de Brasília durante a transição da

¹ A fim de demonstrar como a cidade era, será deixado um link com um vídeo produzido por Rafael Neto, que está disponível na plataforma YouTube. O vídeo traz uma sequência de imagens antigas de Anápolis compreendidas entre as décadas de 1910 a 1960: <https://www.youtube.com/watch?v=BvICYkwx-hk>.

década de 1950 para a de 1960. A cidade localiza-se no entroncamento das rodovias federais BR-153, BR-414 e BR-060, além das rodovias estaduais GO-222 e GO-330. As rodovias contribuíram para a fluidez das atividades locais em uma dinâmica favorável para o desenvolvimento do comércio atacadista e de distribuição de mercadorias (LUZ, 2001). Isso gerou um atrativo para as pessoas que visavam a oportunidade de obter melhores condições de vida, por causa da demanda de serviço que o comércio necessitava. Assim, o espaço urbano anapolino passou a ser compreendido de outra forma, despertando o interesse de usá-lo, das mais variadas formas, em prol do capital.

Nesse contexto, a cidade desempenhou um papel fundamental para as construções das duas capitais, primeiro Goiânia e depois Brasília. Como o município de Anápolis não possuía uma larga produção agropecuária, conforme afirmamos antes, contribuiu para o abastecimento dos canteiros de obras durante as construções dessas duas capitais.

A forma como o urbano anapolino foi inserido na cadeia produtiva do cenário nacional deu evidência ao grande potencial econômico que a cidade de interior possui. Interligada na economia local, faz circular grande fluxo de mercadorias e de pessoas em busca de se ingressar em instituições de ensino superior e também de muitos à procura de emprego.

Na atualidade, o espaço urbano anapolino tem passado por profundas e complexas transformações resultantes das determinações do capital. Considera-se que, para o estudo dessa realidade, é imprescindível lançar mão de um conhecimento interdisciplinar, aglutinando a geografia, a economia, bem como a sociologia e mesmo outros campos do conhecimento em ciências humanas.

Conforme um município se expande territorialmente no Brasil, infelizmente, as classes sociais de menor renda sentem com maior ferocidade as consequências dessa expansão, seja pela expulsão dos locais “centrais”, ou mesmo pela falta de acesso aos equipamentos urbanos necessários para a promoção da qualidade de vida, como hospitais, creches, escolas etc., os quais são fundamentais para uma plena reprodução no espaço urbano. Tendo se originado a partir de interesses econômicos por parte do capital imobiliário e do poder político estatal, o processo acima mencionado foi responsável pela alteração do tecido urbano de muitas cidades brasileiras, entre elas, Anápolis não esteve imune. Com base nesse processo, é que se pretende o estudo da cidade de Anápolis, numa escala, a princípio, mais ampla e, em seguida, mais específica.

A escala ampliada² refere-se ao sentido da cidade sob as exigências do capital e do Estado e a escala próxima diz respeito ao lugar, ao cotidiano e, portanto, à organização social no interior do urbano. Tanto a primeira quanto a segunda escala interessam-nos de perto para o desenvolvimento dessa pesquisa. Ela consiste na abordagem da cotidianidade da cidade, nas sociabilidades ali travadas, no modo de vida de sua população, bem como, a análise de como o capital forja e, em certa medida, deforma o urbano, fazendo da cidade o “caminho” para sua reprodução e acumulação. Assim, pretende-se realizar uma espécie de mergulho na realidade social e díspar da cidade de Anápolis e, a partir disto, explorar questões como: segregação urbana, marginalidade, pobreza, exclusão social, cidadania, consciência de classe, dentre outras.

² Henri Lefebvre propôs teoricamente a existência de duas ordens, a próxima e a distante.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No ano de 2013, ainda na graduação em Geografia, realizamos um trabalho de georreferenciamento no município de Anápolis (GO) para um Projeto de Pesquisa. Tal trabalho foi realizado com motivação e interesse ao longo de alguns meses, e envolveu trabalhos de campo e geoprocessamento. Os trabalhos de campo nada mais foram que andanças grandiosas de 2/3 da área urbana de Anápolis, o que se configurou um tanto cansativo, mas de enorme valia. Os trabalhos de campo fizeram com que conhecêssemos a realidade geográfica e social anapolina como um todo, pois, mesmo que naturais de Anápolis, desconhecíamos alguns bairros e várias ruas, o que refletiu positivamente em nossa percepção enquanto graduandos e, hoje, desperta a necessidade de investigarmos os agentes que influenciam a construção da cidade e as experiências que ela proporciona. Assim, nosso objeto de estudo será analisado sob duas perspectivas: a chamada ordem distante, da qual fazem parte as determinantes do capital e do Estado, e a ordem próxima, atinente ao cotidiano dos cidadãos (LEFEBVRE, 1975).

Portanto, a presente pesquisa envolve a análise da cidade de Anápolis, buscando esclarecer os impactos presentes nas ações articuladas, especialmente pelos promotores imobiliários e o Estado, em busca de ordenar o solo urbano de forma benéfica para a expansão do capital e privilegiando a classe burguesa dominante. Discute os processos de estabelecimento em áreas destinadas às classes detentoras de capital e as áreas de pior infraestrutura que, por sua vez, aumentam as desigualdades sociais presentes no espaço urbano, fenômeno cada vez mais evidente nas cidades brasileiras. Busca discutir, ainda, como se processa as ações que dificultam a circulação de moradores em áreas específicas de sua cidade, as sociabilidades travadas pelos seus moradores, a violência, exclusão e a segregação urbana. Essa dimensão será explorada com base na perspectiva das ambivalências que configuram a sociedade brasileira: o arcaico e o moderno, o rural e o urbano, o mercado e a solidariedade etc.

A orientação do estudo envolve a discussão sobre a importância do urbano como instância de realização da vida humana. Assim, será necessária uma reflexão sobre as categorias espaço e urbano, tanto na perspectiva geográfica, quanto sociológica e mesmo antropológica, ao passo que a ordem distante será investigada na perspectiva, principalmente, da política, da economia e do espaço. O centro das reflexões consiste na questão da espoliação urbana, da segregação socioespacial e da exclusão social.

Nesse sentido, destacamos as seguintes questões:

- Como se deu a formação do espaço para a edificação de mecanismos e aparatos que garantissem a reprodução e a acumulação do capital? Para além disso, de que modo foram articuladas as ações dos agentes urbanos no processo de planejamento/organização do território, considerando o atendimento das necessidades dos variados setores econômicos, dos estabelecimentos públicos para infraestrutura e a busca pela diminuição das desigualdades sociais, conforme é preconizado em áreas marginalizadas da cidade? Quais são os fatores que influenciaram, de forma direta, a organização da cidade a ponto de destinar áreas periféricas e sem infraestrutura para a formação de conjuntos habitacionais, bairros e vilas destinados para a parcela da população com menor renda e maior dependência dos serviços públicos?

- Como foi engendrado na cidade de Anápolis um determinado modo de produção e reprodução de capital que se tornou fator determinante para a relação de determinados moradores com os espaços em que vivem? Como a atuação capitalista distorce as relações de trabalho e como isso afeta o urbano? Por que a formação do espaço urbano, a partir dos interesses do capital, resulta em desordem urbana? Esses são alguns dos questionamentos que impulsionaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Para respondermos a essas questões, nos voltamos para discussões teóricas e trabalhos de campo com o intuito de atingir o seguinte objetivo: **aprender geográfica e sociologicamente, de forma panorâmica, a cidade de Anápolis, suas ambivalências, o sentido e a realidade da cidade na perspectiva social do espaço.** Esse é nosso objetivo central, mas para se chegar a ele foi necessário transitarmos por outros objetivos, que formaram o alicerce para que o objetivo principal fosse alcançado, são eles:

- **Empreender uma reflexão sobre a construção do saber, o espaço urbano, o capitalismo e as desigualdades sociais;**
- **Compreender a atuação dos agentes no processo decisório e de construção do urbano;**
- **Explorar a realidade do urbano a partir de questões de infraestrutura, de violência e de cidadania;**
- **Aprender as ambivalências no espaço urbano concebido.**

Na pesquisa, utilizamos como referência os princípios que norteiam o método dialético marxista e o método regressivo-progressivo postulado por Lefebvre (1975), que se baseia nos momentos sequenciados em que o primeiro é o descritivo, o segundo é o analítico-regressivo e o terceiro é o histórico-genético. Isso sem desconsiderar as demais contribuições metodológicas, bem como os métodos comparativo e indutivo. Essas opções metodológicas permitem explorar a questão das relações sociais, políticas e econômicas nas diferentes

escalas e dimensões do espaço, configuradas como território pelo seu uso. Destaca também a importância de compreender as contradições presentes e a dinâmica de atuação de agentes públicos e privados.

Trata-se de uma pesquisa que emprega o estudo de caso, mas que também abrange a relação com o contexto nacional e até internacional, utilizando a perspectiva exploratória e descritiva. Nesse sentido, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: análise documental, observação, base de dados e pesquisa bibliográfica.

A análise documental é a coleta e leitura analítica sobre documentos que podem ser de fontes primárias ou secundárias. O objetivo da análise documental, neste estudo, é identificar informações que possam esclarecer e validar questões propostas advindas dessa pesquisa. A observação será importante para a aplicação de uma análise empírica e para perceber como se deu a espacialização urbana na cidade de Anápolis e a formação de áreas segregadas que se estabelecem na cidade. A observação tem seu alvo naquilo que pode-se ver, sentir e tocar, certamente por meio dela obtivemos informações importantes. Portanto, com a observação das relações que se estabelecem em certo local, implicou-se no conhecimento de um local específico e no maior entendimento sobre o objeto de estudo aqui proposto. Utilizamos, também, a revisão bibliográfica para o embasamento da discussão teórica da pesquisa.

Dessa forma, primeiramente, fizemos o levantamento do referencial teórico e, a partir desse referencial, fundamentamos as discussões sobre o processo de segregação urbana, cotidianidade e sociabilidade baseado na vertente lefebvriana e de outros autores, como David Harvey (2005) e Arlete Moysés (1991). Esse processo está presente em todo o período da pesquisa, ora mais trabalhado, ora menos. O levantamento de dados ocorreu por meio de visitas a locais e pela captação de conteúdos visuais por meio de fotos tiradas *in lócus*. E, por fim, caracteriza-se e apreende-se o processo de constituição da cidade, tanto em sua função de habitat quanto a de habitar.

Assim, alguns autores e suas obras têm grande importância nessa pesquisa, como: França (1973), Polonial (1995) e Luz (2001; 2009), que tratam a questão da historicidade de Anápolis e sua evolução; Carlos (2011), que trabalha com questões urbanas, sendo suas obras necessárias nas discussões atualmente; Corrêa (1995), que trabalha as questões sobre urbanização e segregação urbana; Villaça (2003), que também é uma importante fonte para se discutir sobre segregação no espaço urbano; e Santos (1994) com a obra “A Urbanização Brasileira”, que apresenta as muitas situações presentes na caracterização das cidades brasileiras. Além desses, destacamos os estudos de Lefebvre (2001), Soares (1999), Sposito

(2005), Souza (2016), entre outros que foram importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Julgamos importante a pesquisa ao considerarmos as centenas de milhares de cidadãos anapolinos que constroem suas histórias na cidade, impactando-a e sendo impactados por ela. Vivências e construções que se assemelham a algo orgânico em que o bom funcionamento pode levar ao bem-estar social, e o mau funcionamento resulta em caos, desordem e mal-estar, ou seja, algo próximo à realidade.

CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO DO SABER, A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A FORMAÇÃO DO URBANO

Meio e fim, o espaço se configura como o objeto que sempre permeia a vida na terra; essa concepção não vem de mera especulação, pois é vivenciada por todos que residem nele e, dessa forma, se torna ou deveria tornar-se um com ele. Essa integração que dantes fazia jus à relação natureza-homem-natureza hoje se apresenta envolta por interesses que se particularizam devido a uma pseudo “livre escolha” que a ideia de democracia – apropriada como ferramenta pelo capitalismo – transmite. O ser humano livre para a tomada de decisão passa, *a priori*, pelas condições e possibilidades que aqui afirmamos serem regidas pelo capital que esse “ser livre” dispõe, não levando em consideração coisas outras como a necessidade que alguém possa ter de algo. O espaço é então vivenciado de forma particularizada e tem como requisito para a sua experimentação uma quantidade de capital *x*. Isso compromete a formação do espaço, bem como sua utilização por aqueles que ali se estabelecem.

Não se trata apenas de o espaço ser adquirível ou não atualmente, visto que se pode ter um espaço e mesmo assim ser desfavorecido pela condição que ele possa ter, pois vivenciá-lo vai muito além e não pretendemos entrar no mérito da questão no momento. Mas a noção de propriedade privada ligada à ideia de experiência individual mercantilizou tanto o espaço quanto as formas de vivenciá-lo e, isso de maneira nunca vista. Pode-se juntar uma quantia *x* de capital para assim comprar uma parcela do espaço e ainda precisar de uma quantia permanente de capital para a recorrente manutenção dele, bem como a aquisição de novas ferramentas que serão desenvolvidas para melhorar ou até modificar a forma como se vivencia e/ou experiencia o espaço, trazendo, assim, ao que deveria ser comunitário, percepções e vivências totalmente particularizadas de acordo com cada um dentro de uma escala que vai desde a burguesia até o proletariado, ou seja, o espaço é condicionado, condição e condicionante.

O espaço é condicionado, pois é concebido a partir da racionalidade humana. Isso por ser idealizado nos moldes da razão/ação humana, em que o conhecimento do meio e a capacidade de manipulá-lo, bem como o trabalho e a técnica são os principais fatores humanos para sua formação. É condição pela sua própria natureza, porque construído é algo que, em um dado momento, beneficiará a lógica daqueles que o constituíram. E, por fim, é condicionante por influenciar diretamente a existência daqueles que nele residem. O último pode soar como um determinismo, sendo a linha um pouco tênue, cabe aqui uma explicação.

As condições dadas por um espaço constituído são advindas das causalidades ora despercebidas, ora intencionadas da concepção e ação humana. Lembrando que o espaço é condicionado antes mesmo de ser condição e condicionante, logo, ele é a reprodução da lógica de sua idealização.

As ações presentes e que se estabelecem no espaço exprimem certa forma de usá-lo, entendê-lo, modificá-lo e imprimir-lhe características e disparidades que o torna complexo e alvo de estudo das várias disciplinas. No entanto, sem a noção de análise conjunta dos vários saberes sobre ele, pretender compreendê-lo em uma única linha de pensamento e saber passa a ser demasiado pretensioso e resultaria em uma visão fragmentária, assim sendo, jamais capaz de fornecer um conceito que represente o espaço em sua totalidade. Daí o surgimento de grandes contradições presentes e pertinentes no espaço que se estabelecem desde sua idealização.

1.1 A especialização do trabalho/saber e a concepção distorcida do espaço

O avanço que a ciência teve nos últimos séculos é de proporções astronômicas. O quantitativo de investimentos juntamente com técnicas mais apuradas trouxe uma gama de novas tecnologias e conhecimentos à humanidade. Não pode ser questionado o bônus de todo esse desenvolvimento científico-tecnológico, longe disso, em muitos casos, esse desenvolvimento e os conhecimentos advindos dele melhoraram muito a vida das pessoas ao lhes proporcionar um avanço enorme e uma conseqüente otimização do tempo no que se refere a comunicações e transportes. Prolongaram o tempo de vida das pessoas, deram esperança de cura a doenças que dantes eram letais, aproximaram familiares que moram em lugares distantes, entre tantas outras *benesses*. No entanto, abnegar o ônus de todo esse avanço científico-tecnológico seria falta de bom senso. Talvez, a falta de senso característico do próprio processo desse desenvolvimento tecnocientífico e, portanto, esteja mais próximo de ser uma finalidade. Como destaca Lefebvre (1998, p. 59), “o saber supostamente adquirido fragmenta-se, cai em migalhas, apesar das boas intenções dos epistemólogos (que tão somente petrificam em “núcleos” os resultados provisórios da divisão do trabalho intelectual)”.

Todo investimento feito na área de desenvolvimento tecnológico e progresso científico tem como origem o processo de acumulação capitalista. O acúmulo de capital ocorrido pela exploração da classe trabalhadora e a sua centralização forneceu e fornece os subsídios necessários para financiar pesquisas de todos os tipos e a criação de novas tecnologias, além de grandes construções e projetos audaciosos. Como Marx (1988 p. 188) afirma,

a centralização complementa a obra da acumulação, ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações. Seja esse último resultado agora conseqüente da acumulação ou da centralização; ocorra a centralização pelo caminho violento da anexação – onde certos capitais se tornam centros de gravitação tão superiores para outros que lhes rompem a coesão individual e, então, atraem para si os fragmentos isolados – ou ocorra a fusão de uma poção de capitais já constituídos ou em vias de constituição mediante o procedimento mais tranquilo da formação de sociedades por ações – o efeito econômico permanece o mesmo. A expansão acrescida dos estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo de muitos, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a conversão progressiva de processos combinados e cientificamente dispostos.

Pari passu a centralização de capitais para financiamento de desenvolvimento tecnocientífico e grandes projetos tem-se junto o avanço das desigualdades, pois, para que se possa centralizar capitais em uma determinada ação, é necessário um intenso processo de exploração, o que leva à desigualdade na distribuição da riqueza gerada pelo trabalho que, seqüente ao ciclo, aumenta ainda mais as disparidades. Um exemplo claro são os grandes investimentos científicos e tecnológicos feitos na área de astronomia onde são investidos recursos altos, mesmo ainda existindo pessoas morrendo de fome e de frio, sem ter um teto para se proteger. Lefebvre (1972, p. 13) demonstra como o fascínio com um pode nos levar à cegueira de outro:

la aventura planetaria, interplanetaria, galáctica, embriaga y fascina a la gente de la Tierra ocultándole, ao mesmo tempo, el peligro, el terror y el abandono em que viven. Pierden de vista la humilde superficie del globo, salvo cuando sus intereses limitados y feroces les hacen volver la mirada hacia ella.³

A partir disso, pode-se presumir que Marte seja mais importante que pessoas morrendo por fome. Vamos esclarecer. Por que existe uma quantidade elevada de investimento em pesquisas extraterrenas mesmo com a fome ainda fazendo tantas vítimas? Segundo a matéria da revista Super Interessante publicada em 2013, 10 milhões de crianças morrem anualmente e mais da metade desses óbitos tem relação direta com a subnutrição. Se existe tanto investimento para exploração do espaço e, em contrapartida, há tantas pessoas sofrendo por desnutrição, pode-se entender que Marte seja mais importante do que vidas humanas. Os fatos descritos nesse parágrafo trouxeram à tona a recordação de uma música por nome “Pois é, pra quê?”. A música se refere à realidade da década de 1960, foi composta

³ Tradução nossa: a aventura planetária, interplanetária, galáctica, embriaga e fascina os habitantes da Terra ocultando, ao mesmo tempo, o perigo, o terror e o abandono em que vivem. Perdem de vista a humilde superfície terrestre, salvo quando seus interesses limitados e ferozes se voltam para ela (LEFEBVRE, 1972 p. 13).

pelo autor Sidney Miller e lançada por ele no álbum “Brasil, do Guarani ao guaraná” em 1968. Após 3 anos, a música foi regravada pelo grupo musical MPB 4 no álbum “de palavra... em palavra...”, lançado em 1971. Apesar do brilhantismo da música e da capacidade que a arte possui de transcender o tempo, é com pesar que dizemos que a música em questão ainda se encontra atual, dada a realidade que vivemos no século XXI. Segue a citação de um trecho da canção:

O patrão sustenta o café o almoço
 O jornal comenta o rapaz tão moço
 O calor aumenta a família cresce
 O cientista inventa uma flor que parece
 A razão mais segura pra ninguém saber
 De outra flor que tortura

Destarte, a semente do fruto que se faz o desenvolvimento científico é o processo contraditório fundamentado no perverso sistema capitalista, sua acumulação e as desigualdades geradas a partir de sua exploração e apropriação do trabalho.

O fato de a tecnologia ter se tornado um elemento exógeno para grande parte da humanidade – já assinalado por A. Herrera (in C. Mendes, 1977, p. 159) – acarreta consequências de enorme alcance, já que sua utilização universal, quase sempre sem relação com os recursos naturais e humanos locais, é causa de graves distorções. Ora, tudo isso só foi possível porque o trabalho científico foi praticamente colocado a serviço da produção (SANTOS 1988, p. 7).

A partir da Revolução Industrial, a técnica que surgiu da necessidade humana para subsistir na relação natureza-homem-natureza passou a ser utilizada para aprimorar o ciclo homem-natureza/trabalho-lucro. Desse modo, a Revolução Industrial substituiu a importância do saber mais abrangente pelo aperfeiçoamento da técnica, isso fez com que o processo de expansão capitalista atingisse grande parte do mundo com uma proposta de que o conhecimento se faz por meio de um aprofundamento, ignorando a abrangência e fragmentando o conhecimento. Podemos afirmar o quão comprometido o avanço científico é com o processo de produção capitalista. Como descreve Santos (1988, p. 7),

quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade. Trata-se de um saber instrumentalizado, onde a metodologia substitui o método.

Não se trata de um ataque ao cientificismo e nem uma tentativa de desacreditá-lo, sabemos de sua importância para a existência humana. Mas não podemos nos eximir de

criticá-lo para que não chegue ao ponto de perder o seu real sentido, que é servir a sociedade (SANTOS, 1988).

Entende-se que a ciência deve despender maiores esforços na melhoria e equidade, na qualidade de vida da população hoje. Não se pode mais aceitar o discurso de que “anos atrás a qualidade de vida de uma pessoa pobre era bem pior do que um pobre de hoje em dia”. Uma ciência não pode se prestar a trazer uma qualidade de vida parcelada para a população, na qual, conforme o poder aquisitivo, as pessoas vão tendo acesso a melhorias e avanços, e se não tiver recursos financeiros, essa pessoa pagará com o tempo da inovação até que se lancem novos avanços e melhorias que deixem a inovação de outrora mais acessível. E, por conseguinte, mais uma vez de forma vulgar, os defensores de tal “cientificismo” justificam mais uma injustiça com o discurso de comparação da pobreza com outras áreas e outros tempos. Alguns chegam até a alegar que esse é o “preço do progresso”. Conforme destaca Santos (1978, p. 9),

a pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Estamos lidando com uma noção historicamente determinada. É por isso que comparações de diferentes séries temporais levam frequentemente a confusão. A combinação de variáveis, assim como sua definição, mudam ao longo do tempo, a definição dos fenômenos resultantes também muda. De que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação à situação de dez anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação à sua situação no campo, se esse indivíduo não tem mais o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais? A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence.

Estudos que visam a melhora da qualidade de vida da população, ou mesmo formulações que permitam maiores clarezas para a promoção e efetivação de políticas públicas que favoreçam os menos abastados se fazem necessárias, bem como, o processo de cientificismo mais voltado para o bem-estar social necessita da busca pela equidade do bem-estar de toda a sociedade. Para tanto, o modelo científico deveria ser mudado a fim de que a ciência se desvincule das diretrizes direcionadas pelo capital; mesmo se tratando de algo distante da nossa realidade, a busca por um conhecimento autônomo que possa se relacionar com outros e não um fragmentado deverá ser uma tendência.

Um saber institucionalizado comprometido com interesses e institucionalizado em função de conhecimentos estritamente delimitados acaba por sofrer uma fragmentação cujo resultado é, não a autonomia desejável das disciplinas científicas, mas a sua separação. A evolução econômica agrava essa distância e nos afasta cada vez mais de um enfoque global e da visão crítica que ele permite. Então, o trabalho do cientista se vê despojado de seu conteúdo teleológico e deve ser feito segundo uma ótica puramente pragmática para atender aos que pedem as pesquisas ou dirigem as instituições de ensino (SANTOS 1988, p. 7).

Vemos um processo no qual as disciplinas são voltadas para estudar aquilo que é estipulado em uma ordem que se apresenta contrária. Sendo resultante do processo discorrido acima, as disciplinas existem como barreiras que dificultam o entendimento da totalidade do ser. A necessidade e importância de um objeto de investigação científica deveria ser estabelecido pela curiosidade do pesquisador e a relevância que o tema/objeto a ser pesquisado possui para a sociedade de um modo geral, algo que favorecesse realmente a idealização e construção de uma sociedade mais justa e que pudesse quebrar com a noção de vivências individualizadas ou, em alguns casos, oligopolizadas.

Entretanto, temos a imposição de temas a serem pesquisados em uma ordem que foge à lógica da relevância social do objeto. Permita-nos esclarecer melhor o que foi elencado. Para se ter pesquisa, necessita-se de recursos e investimentos que são provenientes da acumulação e centralização de capital. Na lógica capitalista, o lucro advindo da exploração do capital é reinserido a fim de se obter mais lucro e aumentar a acumulação. Logo, áreas de pesquisa que não propiciem a acumulação de capitais se apresentam como “terras inférteis”. Para a lógica capitalista, portanto, a pesquisa pode até acontecer, mas, para sua execução, o pesquisador terá que enfrentar as mais variadas adversidades que a falta de dinheiro pode trazer para a jornada científica e a isso, soma-se a dificuldade já existente no processo da pesquisa em si no que se refere ao desenvolvimento intelectual e à pressão por produção acadêmica.

Dito isso, a imposição de qual direção uma pesquisa deve seguir é estabelecida por meio do incentivo com recursos e investimentos de estudos voltados para áreas que vislumbrem, aos burgueses, potencial para multiplicarem seu capital, fazendo jus à fama dos burgueses como visionários empreendedores. Por um lado, temos pesquisadores financiados pelos burgueses, satisfeitos por concluírem de forma árdua as suas pesquisas e produzirem conhecimentos que impactam a vida das pessoas, mas que nem sempre trazem uma melhoria real para a vida da população. E, por outro lado, temos um burguês satisfeito por ter o seu investimento inicial quadruplicado, e ainda é reservado a ele o título de financiador do conhecimento.

Isso somado a fragmentação do saber causa um distanciamento entre as áreas do conhecimento, favorecendo as barreiras de não diálogo, limitando e, em alguns casos, até estimulando a concorrência entre as disciplinas; é prova disso o paradoxo entre as áreas do conhecimento de humanas e exatas.

Assim, prova-se a relevância de tais reflexões sobre a construção do saber para ver e sentir o espaço no qual vivemos, fazemos morada e buscamos estabelecer nossa existência, bem como, termos clareza na proposta de discussão teórica de seu conceito. Portanto, passaremos agora para uma análise mais profunda sobre o espaço e seus antagonismos.

1.2 A produção do espaço e suas contradições

O espaço é concebido por meio de linhas e traçados que, antes de sua concretude, já foi idealizado para o benefício de uma dada minoria hegemônica; entende-se aqui essa minoria como a burguesia. Tem-se por base que o território já é moldado quando pensado, passa a ser ingênua a noção de que o espaço se concebe aleatoriamente, apesar de muitas vezes sermos defrontados com comentários que denotam o entendimento de que as coisas são como são, inclusive, chegam a relativizar categorias de análise que são de suma importância para a compreensão de nossa existência com o/no espaço.

A aceitação de argumentos que buscam inibir aquilo que é fator importante para a busca de conhecimento, e que foi elucidado como uma proposta da filosofia da Grécia antiga, deve ser rechaçada a fim de que se busque, por meio de indagações, refletir sobre o alvo de nossos questionamentos, provocando um desconforto que nos leve a elaboração de um entendimento racional, e aqui deixo claro que me refiro à razão humana sobre o mundo a nossa volta.

Desse modo, a análise do espaço, buscando apreender suas contradições por meio da dialética marxista, é fundamental para uma visão totalizante sobre sua concepção.

Iniciaremos buscando clarificar o que se entende por dialética, pois, nos primórdios que remontam a Grécia Antiga, a dialética era tida inicialmente como o diálogo e, *posteriori*, era entendida como a arte de apresentar uma tese dentro do diálogo. Na modernidade, a dialética trata-se de uma análise que visa entender o processo em sequente desenrolar, identificando as suas contradições. Segundo o autor Leandro Konder (2008 p. 6 e 7), “na acepção moderna, entretanto, dialética significa outra coisa: é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.”.

Atentando-se ao que Konder evidencia na citação acima, a análise dialética abrange principalmente a compreensão do passado. E isso só é possível por meio da leitura dos principais fatos e acontecimentos históricos voltados para a dinâmica do processo e para a perspectiva de tudo aquilo que pretendemos aplicar com o método dialético. Vale ressaltar

que, para a construção deste trabalho, nós optamos por abordar o método dialético marxista que, por sua vez, foi o método criado por Karl Marx para o desenvolvimento de sua obra *O Capital* (1988), na qual o aplicou para descrever como ocorria a exploração do trabalho, extração de mais valia relativa e absoluta e como esses meios levavam ao processo de acumulação capitalista. Para abstrair a forma como esses mecanismos funcionavam, foi necessária uma leitura e, em alguns casos, uma releitura dos principais acontecimentos históricos que circundaram esse processo, pois, para Marx, qualquer objeto percebido ou criado pelo homem é parte de um todo (KONDER, 2008). Na compreensão de totalidade abrangida por Marx, Konder (2008 p. 36) destaca que

a realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa - que a visão de conjunto proporciona - que é chamada de totalidade.

É partindo dessa análise dialética que podemos entender as contradições presentes e latentes no espaço. Ao que se refere à construção do espaço para uma convivência em sociedade, os interesses estatais e burgueses trocam a reflexão “o que esse espaço deve oferecer a comunidade?” pela retórica “pra quem esse espaço deve ser?” e o que vai balizar, quem pode o que; é a quantidade de capital de que cada um disponha.

A análise do espaço vai além de interações ideológicas e, construído, passa a ser a interação e a relação das pessoas com o espaço, e no próprio espaço. Portanto, trata-se do espaço construído para o convívio social. Lefebvre (2008, p. 44) o destaca como sendo o resultado:

para uns, de uma certa história, de um passado, geral ou particularizado. Para outros, de diversas atividades, por exemplo, agrícola, artesanal, industrial etc. Em outras palavras, o espaço resulta do trabalho e da divisão do trabalho; a esse título, ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuando, objetivado, portanto, “funcional”.

Assim, ele é a representatividade e a aplicabilidade de uma organização denotando a importância de seu entendimento como algo crucial para o seu controle.

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, inter mediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS 1988, p. 25).

A noção de espaço apresentada por Santos parte da correlação das ações antrópicas, como ator principal na mediação dos elementos naturais e não naturais. Isso resulta na formação de um novo sistema da natureza, pois, com o desenvolvimento humano, pode-se ter uma noção parcial das ações da natureza que passam a possibilitar uma estruturação ou mesmo uma reestruturação do espaço. Segundo Santos (2008, p. 16),

o espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar.

O espaço se origina a partir da concepção humana de que a natureza, bem como os seus fenômenos, pode ser cognoscíveis à razão humana.

Temos plena ciência de que o conhecimento humano não é capaz, até o momento atual, que se estabelece em meados do século XXI, de conhecer a natureza em sua completude; estamos sujeitos a movimentos por ela exprimidos que desafiam, até mesmo, todo o processo de produção de conhecimento e que se encontra em alta capacidade quando comparado a momentos outros da história.

Mas o que esperar dessa reflexão que, num primeiro momento, pode se apresentar como algo infrutífero? Fato é que, em muitos locais onde se imperava a natureza, hoje se estabelece aquilo que é fruto de sua manipulação pelas ações humanas. E, a cada dia mais, vemos a natureza se transformar em espaço. Não apenas o processo de transformação de um em outro nos chama atenção, também vale destacar que o espaço, construído pelo ser humano a partir da manipulação de sua matéria prima “a natureza”, faz-se resistente em meio às intempéries que provêm do meio natural do qual advêm os recursos necessários para a formação do próprio espaço que resulta da interação humana com a natureza.

Podem-se elucidar muitas análises de causa e efeito que discorram e/ou poderão discorrer desse processo, e acredito que uma das mais preocupantes para a ciência moderna seria até que ponto esse processo pode ser sustentável. Mas, sem nos abster dessa visão mais holística, levaremos a discussão para o conceito de espaço na perspectiva das relações humanas com esse espaço.

Como afirma Lefebvre (2008, p. 61), “o espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico”. A formação/constituição de uma cidade está inerente a esse processo de produção do espaço. Sua função vive sobre um jogo de interesses que perpassam o local, inserida em uma dinâmica que envolve estratégia, logística, circulação e uma série de características fundamentais para a acumulação capitalista,

expandindo sua dinâmica de exploração e sendo a acumulação de capitais reinvestida em áreas nas quais sua finalidade não chegou ao apogeu.

Comercializável, o espaço é produto de compra e venda pelos agentes imobiliários, sendo organizado pelo poder estatal e econômico em favorecimento a um grupo seletivo detentor de capitais. Assim, a articulação entre Estado e burguesia criam as especificidades nas quais se aplicará ao espaço sua função segundo o contexto em que ele está delimitado e se encontra, a fim de atender a lógica do capital ali presente.

Mas o espaço nem sempre foi criado de forma pensada para atingir aos fins do sistema econômico atual, pois antes, tivera sua criação relacionada com a necessidade da época. Dessa maneira, a lógica presente no espaço que venha a ser organizado é encontrada nos primórdios da relação do homem com a natureza, antecedendo ao ordenamento do espaço voltado para as demandas de um mundo capitalista (SANTOS, 2006; LEFVRE, 2008). Isto reforça a ideia de que o espaço, em sua gênese, está ligado ao tempo, já que um processo de evolução, como podemos observar no pensamento e ordenamento inseridos sobre o espaço, apenas se concretiza com o tempo; o que demanda a necessidade de se pensar o espaço de forma diferente é o espírito da época.

Nessa análise, percebemos um espaço usado, que é construído e constituído de injustiças, tornando-se algo distante do que podemos chamar de democrático, pois, atualmente, não contempla outra ordem que não seja a do capital quando, em sua gênese, deveria ser constituído pela relação do indivíduo com esse espaço, dando sentido um ao outro, em que o viés econômico seria um dentre os fatores determinantes para a formação do espaço, e não o único, como é visto no sistema econômico vigente que põe sob seu interesse o indivíduo e o espaço que ele habita.

Produto de compra e venda pelos agentes imobiliários e organizado pelo poder estatal e econômico, o espaço se torna fonte de disputa e seu controle é entendido como poder e *status*. Assim,

o espaço aparece e é vivido de forma distinta quando a habitação torna-se uma mercadoria, quando o ato de habitar passa a ser destituído de sentido, decorrente do fato de que os homens se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial, suas casas se reduzem à mercadoria, passíveis de serem trocadas ou derrubadas (em função das necessidades do crescimento econômico) (CARLOS, 2011, p.65).

O espaço se encontra pautado na ordem do capital no qual sua função e funcionalização determinam sua especificidade. O morador não é dono de sua habitação. Ele é usuário de tal espaço e só permanecerá por lá enquanto o capital permitir, pois o espaço é um produto de compra e venda pertencente ao que, por sua vez, é sujeito ao fator econômico.

A separação entre homem e natureza, valor de uso e valor de troca sinaliza a extensão do processo de desenvolvimento do mundo da mercadoria que embasa o processo de produção do espaço urbano, transformando-o em mercadoria valorizada pelo processo de urbanização da sociedade, e, com ele, eliminando referenciais, volatilizando relações sociais e gerando individualismo. Neste processo, a explosão da cidade produz o desabamento das referências, pois as relações sociais perdem sua base de sustentação. A cidade está alienada como o próprio homem e o espectro de cidade sobrevive ao que antes era a urbanidade. A função da habitação modifica-se profundamente: de ato social gerador de poesia, resume-se a mercadoria e nesta dimensão, torna-se coisa funcional, objeto de status (CARLOS, 2007, p. 50).

O processo de transformação da terra em mercadoria tem sua gênese no período feudal. A necessidade da terra para a produção no campo fez dela elemento central não só na cadeia produtiva do trabalho servil feudal, mas também no processo de industrialização e na queda do feudalismo; sua posse era elemento chave na exploração do trabalho por se tratar de um dos meios de produção, dentro do sistema, que passou a vigorar e vigora até os dias atuais. A terra como mercadoria passou a ser disputada por interesses de produção e moradia, o que desencadeou como resultante um aquecimento no mercado da terra e a elevação de seu preço. Polanyi (2012, p. 215) destaca que a mercantilização da terra passou por três estágios:

o primeiro estágio foi a comercialização do solo, mobilizando o rendimento feudal da terra. O segundo foi o incremento da produção de alimentos e de matérias-primas orgânicas, para atender às exigências, em escala nacional, de uma produção industrial em rápido crescimento. O terceiro foi estender esse sistema de produção excedente aos territórios de além-mar e coloniais. Com esse último passo, a terra e sua produção se inseriram finalmente no esquema de um mercado auto-regulável.

Com o espaço se tornando mercadoria, tirou dele o seu real sentido dentro do urbano, agora, sua finalidade não é o habitat, mas sim as várias possibilidades que ele apresenta quanto à qualidade, ao *status*, à localização, às comodidades, à produção, e a tudo que possa dar uma conotação que o diferencie dos demais. Tendo o valor de uso como uma determinante para regular o preço da terra, quando já assimilada como mercadoria, abriu-se precedente para o valor de troca. Nesse contexto, a terra como mercadoria passa a ser comparada com outra mercadoria para que desse processo possa ser retirado o seu valor. No entanto, quando acrescentado à terra outras possibilidades que vão além do valor de uso, ela adquire um valor agregado que a torna mais valorizada com relação as outras mercadorias, em especial, sua valorização se impõe a própria terra que, nesse sentido, acaba por ter diminuído seu valor real de uso. Assim, o espaço então habitado será destituído de seu verdadeiro uso e servirá ao processo de compra e venda. Como destaca Rodrigues (p. 17, 1991),

a terra é, também, uma espécie de capital, que está sempre se valorizando. É, na verdade, um falso capital, porque é um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva. Investe-se capital – dinheiro em terra e “espera-se” a valorização.

Portanto, podemos entender a terra nessas duas dimensões, sendo mercadoria e capital ao mesmo tempo. No entanto, adotaremos mais a dimensão do espaço enquanto mercadoria. Esse espaço-mercadoria ausente de seu real sentido é colocado pelo capital como um bem material que pode ser adquirido e representa, em sua materialidade, destaque perante a sociedade. Para o capital no ramo imobiliário, o importante é que esse espaço-mercadoria continue sendo um produto de circulação que possa perpassar por várias funções inseridas na ordem comercial, constituindo-se em uma moeda de troca. Visto que:

é assim que a produção do espaço em seu novo sentido – no processo de valorização do valor – inscreve-se e realiza-se na contradição entre espaços integrados e desintegrados em relação ao movimento de reprodução do capital como desdobramento da contradição centro-periferia. O mundial esmaga e coage as relações nos lugares desintegrados em relação à lógica da reprodução global (CARLOS, 2011, p. 67).

O espaço como produto de venda ou mercadoria passa a ser fragmentado e esses fragmentos são vendidos a fim de que venha a ser atendida a lógica do capital. Endossa Rodrigues (p. 17, 1991) que:

a terra é um equivalente de mercadoria ou um equivalente de capital. A valorização do capital dinheiro aplicado em terra está relacionada à “valorização” média do capital em geral. A terra é um equivalente de capital, porque se “valoriza” sem trabalho, sem uso. Para produzir render o ter e o usar não estão juntos. Pauta-se nas regras de valorização do jogo capitalista, que se fundamenta na propriedade privada. Mas, é uma falsa mercadoria e um falso capital. É um valor que se valoriza pela monopolização do acesso a um bem necessário à sobrevivência e tornado escasso e caro pela propriedade.

Buscando empreender uma discussão para melhor esclarecer a tomada da terra como mercadoria, precisamos recorrer a Polanyi, que tem a terra junto a uma tríade essencial para a indústria, na qual além da terra, temos o trabalho e o dinheiro.

Por serem elementos fundamentais para o sistema econômico que se consolidou com o advento da Revolução Industrial no século XVIII, os componentes dessa tríade foram incorporados como mercadoria, apesar de não o serem de fato (POLANYI, 2012).

A percepção do valor agregado à terra está relacionada, em sua gênese, com o seu potencial de produção agrícola. De acordo com Gottdiener (2010, p. 176),

a teoria marxista da renda deriva da noção ricardiana da terra como fator material de produção. Segundo essa noção, a terra possui uma fertilidade agrícola intrínseca, que, no entanto, pode variar. Renda é o preço pago pelo uso desse recurso. Segundo

Marx, em contraste com Ricardo, a capacidade da terra de comandar essa renda surge do caráter classista da sociedade. Particularmente, os proprietários de terra podem reivindicar uma porção da mais-valia produzida pelo trabalho, em virtude da instituição da propriedade privada, que legitima sua pretensão a receber pagamento pelo uso de sua terra. Assim, Marx analisou a renda a partir da perspectiva da Fórmula da Trindade e da natureza classista da sociedade capitalista. Por conseguinte, para ele a renda era diferenciada, de várias maneiras, pela natureza da própria posse da terra com relação à organização social da produção capitalista.

Isso contribui para que a percepção da terra, assim como sua finalidade, seja distorcida, por passar a representar uma visão que a ela é imputada a partir de interesses que compreendem a perspectiva que alimentou e foi alimentada pelo processo de revolução industrial e, atualmente, serve para embasar a dinâmica que continua favorecendo a acumulação de capital engendrando, assim, uma severa desigualdade social que assola grande maioria da população que compõe os menos afortunados de sorte, por não nascerem em famílias que se enriqueceram às custas de grande exploração, ou menos afortunados financeiramente, por terem grande parte da riqueza/valor que eles produzem sendo apropriados por aqueles que dispõem dos meios de produção.

Partindo da discussão conceitual sobre o espaço e empreendendo uma reflexão do quanto ele está intrínseco às contradições que o sistema capitalista traz sobre ele, concluímos que a formação de nossas cidades está ligada diretamente a toda contradição, que o modo de produção capitalista e sua apropriação do espaço na condição de mercadoria trouxe consigo, e imputando à terra valor na condição de mercadoria, e redimensionando o processo produtivo mundial. Buscaremos, agora, uma análise sobre a cidade e sua dinâmica como fruto da apropriação e construção do espaço.

1.3 A dimensão urbana como apropriação do espaço

Entende-se que as formas que se estabelecem no urbano se encontram intrincadas ao desenvolver da sociedade urbana que se adequa às diretrizes encampadas pelos agentes formadores do urbano. Lefebvre (2008, p. 81) destaca que:

a expressão “sociedade urbana” não pode ser empregada a propósito de qualquer cidade ou cité; na perspectiva assim definida ela designa uma realidade em formação, em parte real e em parte virtual, ou seja, a sociedade urbana não se encontra acabada. Ela se faz. É uma tendência que já se manifesta, mas que está destinada a se desenvolver.

Ao passo em que esse desenvolvimento acontece, como uma reação em cadeia, vários outros fenômenos acompanham a cidade, fazendo jus a um espaço que se faz, a cada dia, mais e mais heterogêneo.

Esse processo envolve forças econômicas, políticas e culturais ligadas dialeticamente e entendidas, não em termos de três práticas distintas, como na abordagem estruturalista marxista, mas através da teoria contemporânea da estruturação, que une forças sistêmicas estruturais com modos voluntarísticos de comportamento (GOTTDIENER, 2010, p. 267).

Essa heterogeneidade é demarcada, também, por áreas diferentes e padrões de vida que também se diferem, porém essas disparidades partem de um mesmo princípio, a acumulação do capital que acaba influenciando questões políticas, ideológicas e de práticas sociais no espaço urbano desde sua formação e, seguem assim, retroalimentando as desigualdades entre burgueses e proletários em um contínuo de contradições e injustiças sociais que desencadeiam polarizações, violências verbais e físicas, intolerâncias e a decadência social. Essas ações ou reações sociais impactam desde a esfera global até a local e tem influência direta dentro das cidades e em seus cidadãos.

Nesse sentido, a cidade é uma mediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante. A ordem próxima é aquela do campo circundante que a cidade domina, organiza, explora extorquindo-lhe sobretrabalho. A ordem distante é a da sociedade no seu conjunto (escravista, feudal, capitalista etc.). Enquanto mediação, a cidade também é o local onde as contradições da sociedade considerada se manifestam, como, por exemplo, aquelas entre o poder político e os diferentes grupos sobre os quais esse poder se estabelece (LEFEBVRE, 2008, p. 82).

A tomada de decisão na formação de áreas distintas na cidade é resultado das interações dos agentes urbanos, especificamente da burguesia que possui o poder de compra da mercadoria, do Estado que detém os meios de controle do solo, atuando como “regulador do desenvolvimento do uso da terra ou manipulando a arrecadação tributária para subsidiar o desenvolvimento econômico e da propriedade” (GOTTDIENER, 2010, p. 269). E, com um grande papel de destaque, dos agentes imobiliários que atuam como mediadores no processo de compra e venda da terra onde o solo urbano se tornou uma mercadoria com elevada demanda, afinal, todos nós precisamos de um local para nossa moradia e subsistência. Ainda, Gottdiener (2010, p. 268) complementa que:

o setor imobiliário, inclusive a fração de capital financeiro organizada em torno dos investimentos na terra, é a linha de frente da materialização desse processo de desenvolvimento capitalista tardio no espaço. É constituído de frações de classe, que muitas vezes competem entre si, bem como de redes pró-crescimento que unem interesses de outro modo díspares. Embora as ações desse setor possam ser combinadas e organizadas, não existe nenhum mecanismo abrangente de coordenação. A terra é sempre um investimento atraente, graças ao seu caráter

flexível e aos incentivos produzidos pelas relações vigentes de produção – é continuamente transferida de dono e reestruturada à medida que o circuito secundário retira capital de outras formas de investimentos que ajudam diretamente a produtividade industrial. Consequentemente, a forma que o espaço de assentamento assume não é necessariamente benéfica a qualquer um, com exceção dos que lucram no setor imobiliário. Tanto o capital quanto o trabalho são obrigados a viver num meio ambiente difícil de controlar, mas cujos efeitos negativos sempre podem ser mais bem transcendidos pelo rico e pelo poderoso.

Contendo essas diferenciações, o espaço urbano reforça sua heterogeneidade, formando territórios condizentes com a classe social ali predominante. A cidade já não é mais uma.

Uma visita rápida a essas metrópoles e cidades médias revela ao observador razoavelmente atento a existência de duas cidades, a da minoria de classe média e acima da média, e a da maioria de classe abaixo da média. Claro que nenhuma dessas áreas segregadas é pura, mas minhas pesquisas revelaram de forma inequívoca que existe, em todas as nossas metrópoles, uma área em que há uma clara concentração das camadas de mais alta renda, embora haja camadas de alta renda fora de tais áreas e embora nessas áreas tais camadas possam até não ser majoritárias. Entretanto, em tais áreas há uma acentuada concentração das camadas de mais alta renda. Também em todas as nossas metrópoles e cidades médias, essa segregação começa a se fazer acompanhar pelo desenvolvimento de dois centros urbanos: o centro tradicional que, abandonado pelas elites, progressivamente passa a ser ocupado pelo comércio e serviços dirigidos aos mais pobres, e um “centro novo”, estrategicamente localizado junto à área de grande concentração das camadas de mais alta renda, e concentrando o comércio e os serviços orientados para essas camadas (VILLAÇA, 2003, p. 33-34).

A concepção de cidade assume a feição de elo, é também local onde as contradições se materializam. Abstrai-se daí uma série de desigualdades que, de forma sistêmica, se reproduzem no espaço urbano. Como afirma Lefebvre (2008, p. 84),

o urbano, isto é, a sociedade urbana, ainda não existe e, contudo, existe virtualmente; através das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana que é essencial à prática social, manifesta-se uma contradição plena de sentido.

Moradia já não é uma das funções principais do espaço, pois antes que tal espaço possa ser usado como habitação, ele é tido como uma mercadoria, com a finalidade de atingir o maior valor em capital o quanto for possível. Marx (1988) nos fornece o caminho para se compreender a cidade em uma perspectiva de injustiças sociais da qual a cidade é o *locus*. A cidade assim aparece como território da luta de classes, da disputa de poder, das desigualdades sociais etc. E na teoria de Marx, isso ocorre por meio da concentração de renda e exploração da mão de obra. O que desencadeia uma série de convulsões sociais das quais as metrópoles e cidades médias são palco.

O espaço urbano passa por um processo no qual ele é valor e passa valor para aquele que o adquire. Isso é possível, pois o espaço representa, grosso modo, poder. Sua apropriação

comunica algo que transcende uma linguagem local, visto que a pessoa que é dona de um espaço é entendida como alguém que possui “posses” nas mais variadas partes do mundo. Santos (2007) explicita que duas pessoas podem ter a mesma condição de trabalho e, mesmo assim, possuírem valor diferente devido ao espaço que eles tenham adquirido. Isso evidencia que o espaço urbano, além de seu próprio valor, consegue exprimir um valor a aquele que o compre enquanto mercadoria.

Campo de conflitos ideológicos permanentes e pertinentes no espaço, na releitura do pensamento de Marx voltado para a cidade, Lefebvre (1972, p. 114) entende a cidade como “[...] sede do poder político que garante o poder econômico do capital e protege a propriedade (burguesa) dos meios de produção, domesticando-a pela proibição dos excessos e da violência”.

Como se observa, o valor no espaço diz respeito a condições espaciais universais de reprodução dos modos de produção, que não se atêm as singularidades dos espaços. [...] Muito se falou da cidade como capital social, condição geral de reprodução da produção capitalista. A cidade como manifestação eloquente da concentração em geral, particularmente de força de trabalho, aparece, assim, como uma clara ilusão da espacialidade específica do capitalismo avançado. O valor no espaço é a própria espacialidade. Ele nos revela mais a especificidade das formas de valorização em geral do que propriamente em geral do que propriamente a da produção do espaço (MORAES, COSTA, 1987, p. 130).

A cidade possui papel fundamental como responsável por manter a hegemonia burguesa, sendo desvirtuado o sentido de comunidade que deveria prevalecer no urbano. Aqui cabe um esclarecimento sobre a diferença entre valor do espaço e valor no espaço. Conforme os autores Moraes e Costa (1984), o valor do espaço está relacionado com seu valor na condição de mercadoria, já a abordagem do valor no espaço refere-se à produção de valor em dado espaço, assim, volta-se mais para a especificidade que esse espaço apresenta, ou seja, a forma como o modo de produção se estabelece naquele determinado espaço. Lefebvre (1972, p. 164) entende que

a cidade e a realidade urbana seriam, nesta hipótese, o lugar por excelência e o conjunto dos lugares onde se desenrolam os ciclos de re-produção, mais amplos e mais complexos do que os da produção, neles inscritos. Em especial, a reprodução das relações (capitalistas) de produção implica a reprodução da divisão do trabalho, ou seja, das separações no interior da divisão do trabalho e nomeadamente entre a divisão técnica (nas unidades de produção) e a divisão social (no mercado).

A cidade é o *locus* do modo de produção capitalista, nela, também se estabelecem e se tornam acirradas as desigualdades entre as classes. Nessa perspectiva, o urbano é amplamente prejudicado em sua análise, pois, em se tratando de um objeto de investigação tão dinâmico, é

necessário o diálogo entre as disciplinas para melhor compreendê-lo. Segundo Lefebvre (1998, p. 57),

essa complexidade torna indispensável uma cooperação interdisciplinar: O fenômeno urbano, tomado em sua amplitude, não pertence a nenhuma ciência especializada. Mesmo considerando - se como princípio metodológico que nenhuma ciência renuncia a si própria, mas que, ao contrário, cada especialidade deve levar a utilizar de seus próprios recursos até o limite para atingir o fenômeno global, nenhuma dessas ciências pode pretender esgotá-lo. Nem governá-lo.

Assim sendo, o urbano é objeto das mais variadas disciplinas e merece, por suas múltiplas realidades, características e dinâmicas, ser analisado e pesquisado com maior abrangência, visando compreender suas diferenciações.

De fato, o urbanismo, visto de perto, dissocia-se. Existem diversos urbanismos, os dos humanistas, o dos promotores imobiliários, o do Estado e dos tecnocratas. Os primeiros propõem utopias abstratas; os segundos vendem urbanismo, ou seja, felicidade, “estilo de vida”, “status”; quanto aos últimos, sua atividade, assim como a do Estado, dissocia-se em vontade e representação, em instituições e ideologias (LEFEBVRE 1998, p. 139).

Inserido em meio às intencionalidades de burgueses, do Estado e de planejadores da cidade está o urbano e suas contradições e, nele as relações sociais que se estabelecem.

Dessa forma, a cidade, como ponto de convergência de capitais e interesses, não deixará de ser lugar de conflitos e de resistências por parte da população, pela mobilização popular, ao contrário, terá uma ampliação desses movimentos sociais em busca de uma equiparação pelas injustiças postas, ou melhor, impostas às pessoas marginalizadas culturalmente, politicamente e socioeconomicamente. Assim, evidencia-se a ação de vários condicionantes na seleção do solo urbano, tornando-o planejado “em uma lógica capitalista”, e essa não é uma realidade distante do contexto urbano da cidade de Anápolis. Essas áreas diferenciadas dentro do espaço urbano são estabelecidas pelos agentes, Corrêa (1995, p. 12) os indica como:

- a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- b) os proprietários fundiários;
- c) os promotores imobiliários;
- d) o Estado; e
- e) os grupos sociais excluídos.

Tais agentes regidos pela lógica capitalista são, conscientes ou não, os grandes responsáveis pela dinâmica territorial que as cidades apresentam na atualidade. Levando em consideração que alguns agentes possuem mais influência nessa organização espacial, torna-se relevante entender essa dinâmica.

O espaço é articulado em favor do capital, sendo esculpido nos moldes de uma disputa desleal guiada pelo capitalismo, suprimindo as demandas dos proprietários dos meios de produção e proprietários fundiários na reprodução do capital. Tal atividade é alicerçada pelas ações do Estado e dos promotores imobiliários. De acordo com Souza (2016, p. 18),

os agentes situados de maneira privilegiada no interior das relações sociais assimétricas, trabalham em prol de uma distribuição desigual da renda e dos recursos advindos da exploração capitalista do solo e das relações urbanas. A partir de um modelo socialmente perverso, uma oposição é engendrada: de um lado, a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria; de outro, a “proliferação” de déficits sociais representados pela restrição no acesso a serviços e equipamentos públicos.

O resultado é a manutenção e concentração da riqueza, destituindo a população de baixa renda ao acesso a uma condição melhor de vida, aumentando as desigualdades, fazendo das cidades não um habitat homogêneo, mas perpetuando as contradições. No contexto atual, Corrêa (1995, p. 8) afirma: “eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”.

Aquilo que pontuamos nos evidencia que muitas outras coisas estão por trás do mecanismo urbano. E que há a necessidade de uma transformação radical da sociedade para, assim, modificar a forma como o urbano vem sendo concebido. A respeito da necessidade dessa transformação, Carlos (2007, p. 109) destaca:

inicialmente, podemos afirmar que a luta pelo “direito à cidade” aparece como questão no momento em que a sociedade vive a cisão entre a apropriação e a dominação do espaço – bem como as contradições que emergem desse processo –, que é revelada de forma profunda pelo conflito uso-troca dos lugares da cidade. A superação desta situação exige a transformação radical da sociedade, na medida em que tal superação trata da negação daquilo que está no fundamento do processo atual de constituição das relações sociais: a propriedade privada, elemento central da produção do espaço alienado, que produz a cidade “como exterioridade”. Entendemos que a transformação radical da sociedade envolveria a realização total do ser humano na sociedade urbana, que se anuncia e se realiza transformando radicalmente a vida cotidiana enquanto prática sócio-espacial, enquanto movimento que efetiva um determinado espaço-tempo: aquele da revalorização da vida social por meio da metamorfose da cotidianidade (norma e impossibilidade) através da potencialização do negativo. Essa situação requer a transformação da realidade urbana pela via da transformação da cidade e da instauração do “direito à cidade”.

A dificuldade que nos inibe enxergar um contexto mais amplo da atual conjuntura conta com a contribuição que a fragmentação do saber e a luta de classes trouxeram para uma sociedade cada vez mais tecnicista e divergente em seus interesses. Assim, pouco capaz de buscar o entendimento mais amplo. Essa estrutura também propicia a falta de consciência de classe impulsionada pela aguda especialização advinda do desenvolvimento cada vez maior do meio técnico informacional (SANTOS, 1996).

1.4 A burocracia e a tecnocracia como ferramentas a serviço do capital

O fato de considerar o espaço como mercadoria enfatizará as contradições presentes no capitalismo e no próprio espaço, os conflitos entre as classes e as disputas pelos espaços específicos que o poder econômico trará. E, envolto a esses conflitos, algumas pessoas perdem sua consciência quanto ao jogo de poder promovido por esse processo, estão alienadas e, assim, são colaborativas com a promoção das desigualdades de maneira assídua. Assim, destaca Tragtenberg (p. 188, 1974):

em tal estrutura, a rivalidade no seio da burocracia como dominação só pode ser controlada mediante a intervenção em todos os níveis e setores da vida social pelo princípio da unificação burocrática: constitui também a maior burocracia, resultando na *politização* da sociedade global. O estado confunde-se com a sociedade. No capitalismo, a burocracia é assimilada pela sociedade burguesa. Sob ele, observa-se um policentrismo da burocracia, a competição entre a burocracia das empresas privadas e a pública, contribuindo para impedir que chegue à unidade de classe.

Isso ocorre porque o planejamento, o ordenamento, as decisões e as regulações são dadas a um fim que favorece uma elite econômica, seja por meio público e/ou privado e, por sua vez, a burocracia tem sua posição no caso de, em primeiro lugar, forma de alienação, visto que seus membros/praticantes “pessoas a serviço do Estado e da ordem” se tornam reféns por inserção nesse sistema, ignorando totalmente o que se entende por ordem fora da lógica capitalista.

A los hombres calificados de tecnócratas se les atribuyen eminentes aptitudes y el don de la eficacia. Tendrían el casimonopolio de ellas. Serían capaces de descubrir las soluciones técnicas a los problemas precisos planteados por la práctica e imponer dichas soluciones (de ordenalas). Pero, si observamos lo que ocurre en realidad, esos hombres no existen. Los que denominamos “tecnócratas” y que vemos actuar [...] no dirigen, solo disponen de un poder de decisión limitado. En realidad, ingenieros convertidos en administradores, ejecutan las órdenes del poder político que dispone de “estrategia variables”. El poder se impone a los tecnócratas sin delegar las opciones decisivas. Los tecnócratas proponen soluciones a los problemas oficialmente reconocidos y formulados y el poder estatal elige entre ellas (LEFEBVRE, 1972, p. 20)⁴.

⁴ Tradução nossa: Aos homens classificados de tecnocratas, são atribuídos a eles aptidões e o dom da eficácia. Praticamente teriam o monopólio delas. Eles seriam capazes de descobrir soluções técnicas para os problemas específicos colocados pela prática e impor essas soluções (ordená-las). Mas se observarmos o que acontece na realidade, esses homens não existem. Os que denominamos “tecnocratas” e que vemos agir [...] não lideram, têm apenas poder de decisão limitado. Na verdade, os engenheiros transformados em administradores executam as ordens do poder político que tem “estratégias variáveis”. O poder é imposto aos tecnocratas sem delegar opções decisivas. Os tecnocratas propõem soluções para problemas oficialmente reconhecidos e formulados, e o poder estatal escolhe entre eles (LEFEBVRE 1972, p. 22).

Esses tecnocratas e burocratas prendem-se à ilusão de bem comum por achar que seus trabalhos e deveres proporcionam melhoria para a sociedade, sendo importantes para a manutenção de um sistema “necessário”. Fiscalizam, reportam, em alguns casos, punem em nome do Estado e instituições e, em outros, consideram-se o próprio Estado/instituição.

Com um lastro que ora se aproxima ao Estado que defende os interesses do capital, ora é corrompida e subjugada aos ditames da burguesia, a burocracia estatal se identifica como uma ferramenta essencial para o jogo de poder, centralização e manutenção da ordem, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Como afirma Lefebvre (1972, p. 22),

los pretendidos tecnócratas organizam según normas que les fijan desde afuera y por razones que nada tienen que ver con la técnica, las ciudades, los territorios, la circulación, las comunicaciones, el consumo. Por encima de una inmensa incoherencia, planea una ideología de la coherencia (del sistema) que no tiene más base que una semiplanificación económica, insegura de sus objetivos y recursos. La ideología de la racionalidad técnica oculta la falta de aplicación técnica a la vida práctica. Su pretendida racionalidad tiene a coincidir con su absurdidad.⁵

Destituído de seu real sentido, a burocracia, que para Tragtenberg (1974, p. 187) “emerge como mediação entre os interesses particulares e os gerais”, volta-se mais para os interesses particulares. Contrariando sua natureza mediadora e, em tese, substituindo-a por um caráter de articulador, apresentando assim papel de destaque dentro do cenário político-econômico. Logo, à luz de Tragtenberg (1974, p. 188): “por outro lado, a racionalização não conduz necessariamente à burocratização, pois a primeira se processa num regime fundado na exploração, e a burocratização é um sistema de dominação”.

O que se busca elucidar com essa reflexão não é apenas mostrar que o aparato burocrático tanto estatal quanto privado/empresarial e a ação dos tecnocratas se tratam de ferramentas de dominação. Isso já é conclusivo. Mas, também, que o seus papéis funcionais de mediador por um e de solucionador por outro cede, a cada dia mais espaço ao desenvolver de relações e ações com finalidades específicas que em sua maioria são incapazes e ineficazes de mediar/solucionar os interesses particulares e gerais. Todavia, apresenta grande potencial na articulação de interesses entre Estado e burguesia, fazendo-se extremamente eficaz nas empreitadas envolvendo as dadas partes.

⁵ Tradução nossa: os chamados tecnocratas se organizam de acordo com normas que lhes são definidas de fora e por motivos que nada têm a ver com tecnologia, cidades, territórios, circulação, comunicações e consumo. Por cima de uma imensa incoerência, ele planeja uma ideologia da coerência (do sistema) que não tem outra base senão um semi planejamento econômico, inseguro de seus objetivos e recursos. A ideologia da racionalidade técnica esconde a falta de aplicação técnica à vida prática. Sua alegada racionalidade tende a coincidir com seu absurdo (LEFEBVRE 1972, p. 22).

A falta de relação entre o subjetivo que seria o teor político e ideológico, e o objetivo que representa o rigor técnico-científico especializado, faz com que cresça uma lacuna cada vez maior por onde o processo de acumulação presente no sistema capitalista pode, e vai, criar condições para a sua ampliação dentro do aparato burocrático (TRATEMBERG, 1974).

Assim, a burocracia, que se estabelece nas mais variadas áreas, torna-se presente na vida cotidiana de todos, principalmente no meio urbano. A prática burocrática, fundamentada em processos científicos que, por sua vez, se orienta por meio da lógica de produção e acumulação capitalista, visa a prática da opressão do homem pelo homem, traçando um paralelo junto à natureza da acumulação capitalista, que visa a exploração do homem pelo homem. Isso ocorre tanto na esfera intelectual, estabelecida em uma base hierárquica de títulos e especializações que atestam um saber mais aprofundado sobre uma minúscula parte do processo e que é comumente chamada de “qualificação da mão de obra” ou “qualificação profissional”, quanto na esfera econômica, na qual a hierarquia se estabelece a partir dos lucros advindos da produtividade meritocrática dos funcionários de uma empresa, ficando imune o dono dos meios de produção, soberano entre todos e assentado no trono do reino da acumulação capitalista, fato esse evidente.

Fica assim claro que o papel da burocracia e da tecnocracia é primordial para o desenvolvimento das condições de reprodução de capital; atuando como articuladora entre interesses estatais e burgueses e deixando a mercê aqueles que não são prioridade nem para o Estado, nem para os burgueses. A classe proletária, deixada ao Deus-dará, luta para subsistir em meio às intempéries do processo de exploração, mas nem sempre consegue se manter frente a tantas injustiças. Talvez seja por isso que há tanta necessidade de busca espiritual em igrejas e outros movimentos religiosos pelos proletários, a fé e a esperança de que findada essa jornada terrena, venham ser presenteados com uma vida de bonanças no reino dos céus. Resgatando o pensamento de Marx (2005) sobre a religião, em seu entendimento, a religião compreende um sistema de recompensas, mas esse é um problema que, em sua concepção, não é tão simples. Para ele, esse sistema de recompensa também serve para cegar as pessoas, sendo um sistema de recompensas que acaba por aliená-las. Isso pode ser percebido de várias formas, como a autoridade do que é divino, o aprisionamento ocorrido na espera de algo que venha de um plano celeste, como uma benção, um milagre etc. As amarras de um sistema doutrinário religioso contribuem muito para a não compreensão do ser em sua completude, e são fundamentais para a manutenção de um Estado autoritário, de um *status quo* e da contínua exploração das pessoas mais pobres.

Após essa reflexão sobre o papel da burocracia e da tecnocracia em manter e assegurar que as contradições aconteçam, buscaremos agora discutir sobre como esse processo baseado na fragmentação do saber contribui para uma produção do espaço urbano totalmente díspar, que dá início a uma série de injustiças e desigualdades. Partiremos para a análise da cidade de Anápolis, suas contradições e os dilemas que uma cidade incorporada pelo capitalismo possa ter e terá.

CAPÍTULO II: A CIDADE DE ANÁPOLIS, ESPAÇOS DA BURGUESIA E ESPAÇOS DO PROLETARIADO

A cidade se apresenta como o local de interações sociais, e isso é uma assertiva presente na concepção de vários intelectuais, dentre eles, destaco o grande geógrafo brasileiro Milton Santos e o filósofo que dedicou vasta obra sobre o urbano, Henri Lefebvre. Tendo em vista essa concepção, e resguardada a identidade que um indivíduo desenvolve com o espaço, já é de se esperar que o urbano não se resuma a um espaço único, finalizado e homogêneo, muito pelo contrário, ele deveria apresentar distinções referentes às vivências daqueles que o habitam, destacando as características decorrentes da relação dos indivíduos com ou no espaço.

De fato, o urbano é um espaço que possui grande heterogeneidade, mas o que muda é que a relação do indivíduo com o espaço não se tornou o fator primordial para a formação de um espaço urbano moderno, isso se tornou algo secundário na formação do urbano. O capitalismo é hoje o elemento central na constituição de uma cidade, nas vivências que venhamos a ter nela e, principalmente, em todas as formas de interações sociais pertinentes ao meio.

Quando se considera ter o capitalismo como principal motivador das desigualdades no urbano, não existem características que se divergem a partir de diferenciações perceptíveis na forma de se relacionar com o espaço, pois todas vão se desenvolver a partir das relações de produção. Menos viável ainda se torna a ideia de um urbano mais igualitário, o que corresponderia ao sonho de muitos adeptos de uma concepção que prega uma sociedade plenamente justa. As particularidades devem existir como forma de se trabalhar os recursos, e isso, com certeza, pode ser organizado levando em consideração uma série de variáveis segundo vivências que cada indivíduo possui. No entanto, para que isso aconteça, os indivíduos necessitam ter acesso aos recursos. A proposta de liberdade que, supostamente, inspira e faz jus a existência do capitalismo é falha, pois não há liberdade quando se tem escolha, mas não tem o acesso que o liga a escolha que mais lhe agrada.

O urbano, inserido em um processo de cadeia produtiva, deixa de ser o lugar das diversidades naturais e passa a ser o lugar das desigualdades assoladoras, as quais põem à margem da sociedade os indivíduos, deixando-os em situação de miséria e extrema pobreza. Isso desencadeia uma série de problemas e, dentre eles, a criminalidade e a violência se tornam práticas cotidianas incoerentes com o que deveria ser a vivência nas cidades.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2019), a violência está diretamente ligada às condições de desenvolvimento humano de cada região/município. Em um país com extensões continentais e mais de 5.000 municípios, as disparidades entre os índices de violência que cada cidade apresenta são gigantescas. Como nossa intenção aqui não é trabalhar a perspectiva macro da realidade brasileira, voltamos para o urbano anapolino com os seguintes questionamentos: A violência dentro da cidade de Anápolis possui homogeneidade entre os bairros? Um contexto urbano violento atualmente está diretamente vinculado à liberdade a que o modelo econômico neoliberal se propõe ou possui relação intrínseca com as desigualdades desencadeadas por ele?

Arriscamo-nos a dizer aqui que a injustiça social presente no solo anapolino é sim responsável por grande parte dos delitos presentes na cidade. Isso porque a liberdade de quem tem o poder de decisão impacta diretamente na vida daqueles com ausência de liberdade ou até extrema dependência. Por exemplo, a liberdade de um burguês em demitir um funcionário resultará diretamente na dependência que esse funcionário terá de que outro burguês que goze de liberdade o contrate. Caso o trabalhador não tenha a mesquinha sorte de ser contratado por um ser com liberdade para ter empregados, ele será subjugado ao informal e ao ilícito, tornando-se vulnerável a sedução do crime e, para/pela sua vivência nele, podendo acabar por aderir a práticas violentas.

Quando a falta de oportunidades se faz presente em dado local, e nos deparamos com jovens desestimulados, a proposta que a “vida do crime” oferece passa a ser algo muito tentador. Somado a isso, o estilo de vida implantado pelo capitalismo que é pautado na produtividade e na alta competitividade impõe às pessoas uma forma de vida desumana, submetendo-as a um nível de estresse elevado em que se exalta o indivíduo e desvaloriza a comunidade, onde crimes bárbaros são cometidos por banalidades. Essas não são verdades únicas de como se explicam a violência, e não é nossa intenção estabelecê-las, pois estas são citadas como exemplos daquilo que é perceptível na realidade anapolina atual e de muitos outros municípios. Entendemos que a dinâmica é resultante de diversas variáveis, sabemos de uma dentre suas naturezas, mas não compete a nós e nem é objetivo deste trabalho descrever e justificar a forma de suas emanções. No entanto, buscaremos demonstrar ocorrências de práticas violentas em várias localidades de Anápolis, buscando esclarecer o questionamento sobre a violência ser homogênea, ou não, na cidade, visto que se uma localidade tiver uma qualidade de vida melhor, ela tenderá a ser menos violenta na concepção do Ipea, no mapa da violência de 2019.

Uma cidade que é erigida ou foi apropriada pelo capitalismo não poderá oferecer o mínimo de liberdade a um cidadão que se encontra à margem da cidade. Por isso, a dualidade entre liberdade e igualdade não faz sentido em uma discussão sobre a cidade. Pois não se pode vislumbrar, até o momento, uma proposta de liberdade que alcance a todos em uma cidade, já uma igualdade entre todos os habitantes de uma cidade colocaria em questão as diferenças advindas da forma como cada um iria se relacionar com o seu *habitat*.

A cidade de Anápolis, espaço urbano que compreende o objeto dessa pesquisa, encontra-se como uma resultante de vários interesses, porém, causas e efeitos que decorrem desse jogo de interesses orbitam o sistema de produção capitalista. A fim de compreender parte desse processo que se estabelece no urbano anapolino, nos dedicaremos a uma breve descrição dessa cidade.

2.1 A cidade de Anápolis

Anápolis encontra-se no Planalto Central entre as capitais Goiânia e Brasília, e localiza-se aproximadamente a 50 km de Goiânia e a 140 km da capital federal Brasília, cuja parcela do seu território encontra-se no Mato Grosso Goiano. O relevo presente na cidade é ondulado, mas apresenta baixa diferenciação de altitude entre os distritos, tendo uma média de 900 a 1.000 metros de altitude, possui os rios João Leite, das Antas e Piancó, entre outros, os quais pertencem à bacia hidrográfica do Paraná; e os rios Traíras, Tiririca e Padre Sousa, entre outros, pertencem à bacia Amazônica.

Por estar localizada dentro do eixo Goiânia-Brasília, e estar inserida em uma rota de alto fluxo em meio a duas capitais, Anápolis apresenta uma população estimada de 391.772 habitantes em 2020, com renda média mensal familiar de 2,7 salários-mínimos em 2018, segundo fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE cidades e POF) acessadas em 2021. Também possui uma forte atuação em atividades econômicas dos setores secundário e terciário da economia.

A base econômica inicial de Anápolis a partir da primeira década do século XX foi a produção agrícola, na qual se destacavam as produções de arroz, banana, batata inglesa, feijão, laranja, milho e tomate, além da produção de café, desenvolvida na parte oeste, onde hoje se localizam os municípios de Nova Veneza e Nerópolis. Neste período, teve também destaque a pecuária, com a criação de bovinos, suínos, equinos, muares e aves, além de outras produções como leite e ovos. Hoje, a produção anapolina no setor primário está voltada

principalmente para o hortifrutigranjeiro, enquanto a produção agropecuária atende tanto a demanda local como a regional.

Apesar do município de Anápolis não apresentar uma grande produção agropecuária, ele está em um ponto estratégico em relação aos demais municípios da mesorregião do Centro Goiano. E, em meio a essas cidades, ela recebe grandes fluxos de mercadorias que vêm do Triângulo Mineiro e demais centros do sudeste e os encaminha para o norte de Goiás e do Brasil. Com isso, a cidade de Anápolis passou a ser o lugar de armazenamento de produtos adivinhos da agropecuária a partir do início do século XX, principalmente a produção de grãos, prova disso são os muitos galpões que a cidade tem, onde se instalavam os armazéns.

O desenvolvimento do município, assim como o crescimento econômico e populacional, foi favorecido pela chegada dos trilhos da ferrovia que se estenderam até a cidade de Anápolis em 1935. Este fato contribuiu para a especialização da cidade na distribuição de mercadorias que passaram a ser realizadas com muito mais fluidez, transformando-a em um dos principais centros distribuidor e atacadista do interior do país. Sobre isso Polonial (1995, p. 51) ressalva que

as Estradas de rodagem eram incipientes e em péssimo estado de conservação. Por isso mesmo, naquele momento, as ferrovias ainda representavam a alternativa mais barata e eficiente, para que os produtores da região circulassem com mais rapidez. A chegada dos trilhos ensejava a possibilidade concreta de dinamizar ainda mais a economia local, notadamente a agricultura, o comércio e os serviços. Essa certeza uniu a população Anapolina em voz uníssona, para viabilizar o projeto de prolongamento dos trilhos rumo à cidade.

A cidade de Anápolis conta com um Distrito Agroindustrial (Daia) e com um mercado atacadista forte e responsável por parte da disseminação de mercadorias para o território goiano. Possui um setor de serviços de base sólida e as atividades voltadas ao setor primário da economia são mais direcionadas ao mercado interno (LUZ, 2009).

O Daia e o setor comercial são os principais responsáveis por grande parte da inserção da cidade no contexto financeiro global, visto que, por meio de instalações de indústrias internacionais, a lógica da cadeia produtiva capitalista somada aos baixos salários oferecidos aos cidadãos atrai muito o interesse de capitais externos, pois aos olhos de um capitalista, é na exploração que se tem a melhor forma de investimento. Veja as Imagens 1 e 2.

Imagem 1: Notícia da revista eletrônica Automotive Business sobre investimento de indústria em Anápolis-GO.



Mauro Correia, CEO do Grupo Caoa, e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (dir.), ao lado do Tiggo 8, o mais novo produto da fábrica de Anápolis: negociação de extensão de incentivos para viabilizar novos investimento de R\$ 1,5 bilhão

Indústria | 23/11/2020 | 19h00
Caoa anuncia investimento de R\$ 1,5 bi em Anápolis até 2025
 Projeto prevê produção de 10 modelos Chery, Hyundai e mais uma marca, com geração de 2 mil empregos
 PEDRO KUTNEY, AB

f in t

O Grupo Caoa vai investir R\$ 1,5 bilhão nos próximos cinco anos em sua fábrica de Anápolis (GO), com previsão de gerar 2 mil empregos diretos adicionais aos 1,6 mil

Fonte: <https://www.automotivebusiness.com.br/noticia/32132/caoa-anuncia-investimento-de-r-15-bi-em-anapolis>.

Imagem 2: Reportagem presente no site da cidade de Anápolis.



ANÁPOLIS
Orgulho de viver aqui

Novo ranking nacional mostra Anápolis entre as melhores cidades do país para se investir

Em estudo realizado pela Enap/Endeavor, município está entre as 100 melhores do Brasil para oportunizar investimentos

Indústria e Comércio

Foto: Divulgação

Fonte: <https://novo.anapolis.go.gov.br/novo-ranking-nacional-mostra-anapolis-entre-as-melhores-cidades-do-pais-para-se-investir>.

O investimento anunciado por uma multinacional, com valor alocado na casa dos bilhões, representa muito bem o quanto a cidade está ligada com o contexto internacional, principalmente no que diz respeito à produção de mercadorias. Mas a ligação de Anápolis vai além, quando colocada em destaque na página digital oficial da cidade que Anápolis se encontra entre as 100 melhores cidades para se investir. Não desmerecemos aqui tais investimentos, mas nos preocupamos com o quão subalterna uma cidade venha se tornar para que receba tais investimentos. A geração de empregos que tais investimentos trazem é inegável, mas em nenhuma instância comprova que os valores pagos aos empregados serão proporcionais aos serviços que eles desempenharão na empresa. Esclarecendo de maneira simples, a cidade de Anápolis⁶ só é atraente a esses investidores/investimentos porque, além das isenções dadas pelo município serem muitas, os baixos salários pagos para os cidadãos aumentam em muito as margens de lucro, lucro esse advindo da exploração da força de trabalho alheia.

Podemos relacionar claramente como o processo de crescimento econômico, que propicia a acumulação de capital, está estritamente ligado à marginalização de alguns cidadãos, às desigualdades e às inúmeras barreiras “invisíveis” existentes dentro da cidade, as quais inibem a circulação livre de grande parte da população pelo distanciamento entre áreas mais nobres e as menos nobres. O distanciamento a que me refiro não se trata apenas de um distanciamento geográfico, tendo muita influência quando se pensa em um deslocamento intraurbano, ele não é o único. Há também o distanciamento cultural que engloba práticas, gostos, vocabulários, dentre muitas outras ações que criam um distanciamento (BOURDIEU, 1989). Porventura, não é assim que há muito se distingue quem é de periferia daqueles que não o são? Ou aqueles que são marginalizados dos que não o são? O ponto é que o fator econômico se tornou preponderante para decidir quem vive de que modo. Não depende apenas de você ou daqueles que estejam a sua volta as suas predileções, pois se você for filho de burguês, provavelmente irá crescer em um bairro de burguês e, portanto, cultivará valores burgueses, assim, assimilará uma forma de conceber o mundo que contenha traços e características relacionadas ao meio em que viveu. Por isso há a cultura da periferia e do centro, do pobre e do rico, do proletariado e do burguês.

⁶ Após esta nota, deixaremos o link de um vídeo na plataforma de vídeos YouTube que mostra algumas fotos da atual Anápolis juntamente com alguns dados que acabam por trazer uma impressão “ufanista” da cidade. Esse vídeo foi produzido pelo canal Cidades do mundo e será importante, pois visamos um contraponto ao que é apresentado por ele. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=J6SkoD1nMWA>.

O que temos em muitas de nossas cidades, e Anápolis não é exceção, é uma régua com dois extremos. De um lado, temos a riqueza; e de outro, a pobreza. E não podemos nos iludir com a analogia a ponto de relacionar os pontos existentes em uma régua como se fossem cidadãos devidamente ordenados e espaçados em uma escala limitada que vai da riqueza a pobreza dentro de uma cidade, pois a régua que mede esses dois extremos em uma realidade urbana nunca continuou do mesmo tamanho e não apresenta cidadãos ordenados ao longo do seu tamanho, mas o contrário, na cidade, a grande maioria da população se concentra mais na parte extrema da pobreza, em contrapartida, na parte extrema da riqueza se encontram poucas pessoas.

A lógica descrita acima desencadeia uma luta injusta, e essa luta é claramente vista dentro do espaço urbano. Uma realidade incontestável que demonstra a luta de classes existente dentro da cidade.

No contexto anapolino, a segregação existente é estarrecedora e evidente quando se dispõe a sair dos núcleos mais centrais da cidade. Entende-se o processo de segregação como uma articulação que visa regulamentar os preços da terra, mas também, estabelece localidades de acordo com as classes sociais. Os agentes imobiliários se aproveitam de brechas dadas pelo Estado para que se fomente uma especulação no valor do terreno, assim, quando o preço do terreno aumenta, automaticamente, se elimina o acesso a terra em dada localidade por parte dos menos favorecidos de recursos financeiros e cria os espaços da burguesia. Por outro lado, o Estado com seu suposto dever de promover o “combate as injustiças”, encontra no processo de marginalização dos limites urbanos a solução perfeita para a resolução dos problemas do proletariado, levando-os a se tornarem marginalizados.

Destarte, a discussão sobre a cidade deve sempre ser levada adiante na busca incessante por uma sociedade justa. Assim, demonstraremos por meio de uma discussão sobre as classes sociais e os cenários urbanos tornando visíveis as desigualdades que se originam na acumulação de capital pelos burgueses, a exploração do proletariado e o descaso do poder público.

2.2 As classes sociais e o espaço urbano

O espaço urbano é um misto resultante da forma como ele foi pensado com as interações que nele vão se consolidando desde sua formação. Ele traz em si a representatividade das divergências econômico-culturais que nele coexistem, tornando-o heterogêneo.

Seu formato está inteiramente ligado ao jogo de poder existente em sua realidade, de fato, a disputa existente na luta de classes estabelecida dentro do espaço urbano deixa a vista grandes cicatrizes que envolvem a esfera social, histórica, política, econômica, geográfica, entre outras. Quais são essas classes? Qual é a causa da luta que envolve as principais questões da existência humana?

Conforme Marx em *O capital* (1988), as duas classes que se antagonizam são a classe capitalista, a qual o autor citado denomina de burguesia; e a classe trabalhadora, denominada por ele de proletariado. Para ele, a burguesia concentra os meios de produção e os recursos para comprar a força de trabalho do proletário que, por sua vez, não possui nada além de sua mão de obra para garantir seu sustento. Sendo o valor pago pela mão de obra não mais que o suficiente para a subsistência do proletário, enquanto a riqueza produzida por sua força de trabalho vai diretamente para o dono dos meios de produção, a burguesia.

A relação de troca entre o capitalista e o trabalhador se converte, assim, em mera aparência pertencente ao processo de circulação, numa mera forma, estranha ao próprio conteúdo e que apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo está no fato de que o capitalista troca continuamente uma parte do trabalho alheio já objetivado, do qual ele não cessa de se apropriar sem equivalente, por uma quantidade maior de trabalho vivo alheio (Marx 1988, p. 802).

Dessa forma, o trabalhador fica refém do ciclo, nunca tendo além do que o necessário para sua subsistência, em contrapartida, o burguês reinveste o lucro que é fruto da mão de obra do proletariado aumentando o lucro, mas os ganhos dos trabalhadores continuam o mesmo.

Entende-se que o processo descrito acima não permanece cristalizado, no entanto, a lógica do princípio da acumulação capitalista é a mesma. Há reparações de salários ao longo do tempo, mas se comparado ao nível de acumulação de riqueza dos burgueses, essas reparações são irrisórias. O neoliberalismo contribui de forma sem precedentes para a consolidação e manutenção dessa lógica visto que, ao transformar os explorados em consumidores, os proletários perdem a noção de que são explorados. Segundo Sader (p. 35, 2014),

o liberalismo é, assim, produto de uma estrutura social que socializa, mais do que qualquer outra anterior, o indivíduo no nível da produção, a que mais lhe possibilita uma consciência autônoma, enquanto sujeito consumidor. Na forma particular de a ideologia refletir a dissociação entre a produção coletiva e a apropriação privada dentro do capitalismo, o liberalismo não reproduz os dois membros, mas apenas o caráter privado e aparentemente arbitrário do consumo.

Esse sistema perverso cria o antagonismo existente entre burgueses e proletários, tendo no urbano uma dentre as suas manifestações mais nefastas. Pois o urbano é, atualmente, fonte de geração de riqueza e de miséria pela exploração do trabalho e sendo o *locus* onde o lucro advindo dessa lógica perversa será reinserido.

Conforme Lefebvre (2001), a cidade preexiste ao sistema industrial/financeiro capitalista, no entanto, este se apropria das condições urbanas para sua finalidade maior, a acumulação. Tal processo traz um forte embate com as demais finalidades que uma cidade deve ter. Questões como moradia, sociabilidade e bem comum são deixadas de lado por um viés econômico ideologicamente sistematizado, que atribui individualidade e *status* como características principais. Dessa forma, são corrompidos os valores que deveriam reger a cidade, ao passo que o proletariado sucumbe ao ideal capitalista, e o processo se traduz em grande desigualdade social, injustiças e decadência da cidadania. Torna-se visível a desordem urbana.

A desordem urbana reforça a ideia de que a cidade não é uma, mas várias. Em nossa concepção, cada um vivencia a cidade de uma maneira particular em sua condição como indivíduo e essa liberdade se faz necessária. Mas com a apropriação da cidade pelo capitalismo, os indivíduos são impossibilitados de vivenciarem a cidade por completo. Há a cidade dos burgueses e dos proletários.

Existe a cidade dos mais afortunados e a dos que vivem em condições de pobreza extrema, dos que possuem transporte próprio e dos que necessitam do transporte público, daqueles que moram em lugares acessíveis e próximos aos locais que oferecem infraestrutura básica e daqueles que moram em locais que não possuem infraestrutura básica para sua qualidade de vida, há ainda a cidade onde a violência social é banalizada e, também, uma cidade onde os riscos são menores. A cidade é local de tempos, espaços e ordens que se divergem.

2.2.1 O ESPAÇO DA BURGUESIA

A cidade contemporânea, já contraditória na formação dos seus espaços, apresenta, de maneira perceptível, localidades que são voltadas para a burguesia. Nessa perspectiva, a realidade de distinção entre localidades, segundo as classes para que foram destinadas, implica uma série de barreiras invisíveis que determinam qual classe deve usufruí-la.

Essa demarcação é demonstrada por meio de anúncios, comercial e até mesmo o boca a boca (conversas informais). A burguesia se estabelece em áreas que possuem maior

comodidade. Centros e subúrbios que apresentam infraestrutura, onde a mobilidade e a fluidez com transportes são maiores. E a segurança pública ou privada é constantemente presente.

Podemos destacar os espaços da burguesia em áreas de habitação, núcleos de lazer, centros de comércio, saúde e educação. Na cidade de Anápolis-GO, local que abrange o objeto de análise desta pesquisa, essas localidades são fáceis de distinguir. Um programa de rádio ou de TV, bem como jornais locais, destacam com clareza os lugares mais badalados, com serviços de qualidade, e os apresentam acessíveis à população. Mas basta uma ida rápida a tais locais, para se tomar conhecimento das várias barreiras invisíveis que eles possuem para a grande maioria da população cidadina, barreiras presentes para deixar dificultar o acesso da população mais carente. Os preços, as distâncias, o padrão de vestuário utilizados nesses espaços e o *status* que envolvem essas áreas são barreiras invisíveis que limita o acesso do cidadão a sua cidade por completo.

As casas, suntuosas, muitas desligadas da cidade, por estarem em condomínios fechados e cercados com muros altos e grades, além de segurança 24 horas, proíbem o acesso daqueles que não moram lá e/ou não possuem grau de parentesco ou amizade para com aqueles que ali habitam. Veja a Figura 3.

Imagem 3: Foto da entrada do Residencial Sunflower, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Fazendo uma contraposição com algumas áreas opacas da cidade, percebemos na imagem acima a alta luminosidade que a entrada do Residencial Sunflower possui. Segundo a lei complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2009 a valorização genérica do metro quadrado do terreno no condomínio é de R\$ 119,36. Inaugurado em maio de 2002, sua

presença é imponente e se destaca como uma fortaleza dentro da cidade, no entanto, a grande maioria dos cidadãos se encontra impossibilitada de adentrar nessa fortaleza e, nesse caso, não são as barreiras invisíveis que impedem os habitantes da cidade de adentrarem o Residencial, mas sim suas “muralhas” e seguranças.

Apesar da grande segurança, o condomínio também apresenta fatos violentos, como destaca uma reportagem do *site* Portal 6, onde há uma matéria ocorrida no dia 18 de março de 2020, em que uma mulher espanca um senhor de idade (seu marido), mostrando que a prática de atos violentos não acontece somente fora das muralhas do condomínio em questão.

Imagem 4: Reportagem do site Portal 6, mulher espanca idoso, Anápolis-GO.

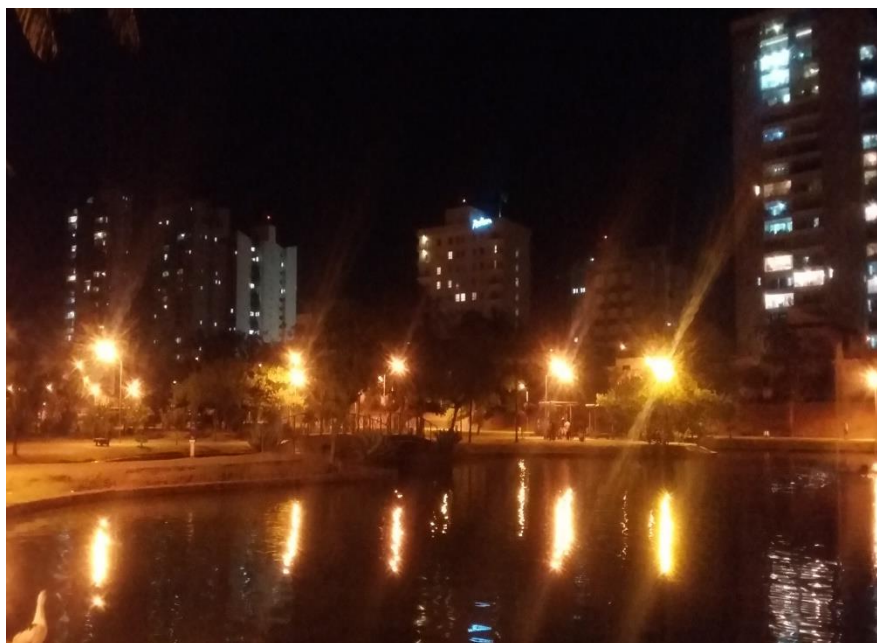


Fonte: <https://portal6.com.br/2020/03/18/moradora-do-sunflower-espanca-idoso-e-volta-para-casa-apos-pagar-fianca-alta/>.

Literalmente, esses espaços se configuram como partes da cidade que foram retiradas dos anapolinos, mas não se isentam de ocorrências de ações violentas. Essas áreas, que foram apropriadas de forma indevida pelo capital e “transformadas” em mercadorias para atender às necessidades de um seguimento específico dos moradores de Anápolis, não deveriam existir, pois restringem um cidadão aos logradouros de sua cidade.

Na cidade também é possível encontrar lugares exuberantes, que oferecem vistas lindas, e que foram construídos pelo poder público, mas que passaram a ser mais contemplados pelos mais abastados da cidade, como pode ser visto na 5.

Imagem 5: Parque Ipiranga no Bairro Jundiáí, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Esse parque foi inaugurado em 2010 como espaço de lazer comunitário da cidade, mas sua construção foi realizada em um bairro considerado nobre na cidade. Sua localização mais central favorece a visitação por aqueles que moram na região, entretanto, a distância se torna um empecilho para as pessoas que moram em regiões mais descentralizadas e não dispõem de condução própria. Pela imagem percebe-se que sua bela vista foi, dentro de 10 anos, um chamativo para o setor imobiliário, agregando mais valor a uma área da cidade onde o solo urbano já é mercadoria cara. De acordo com a lei complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2009 o preço genérico do metro quadrado do terreno no Bairro Jundiáí é de R\$ 135,49.

Essa apropriação de determinados espaços da cidade pelo capital, compromete a experiência de vivência do cidadão que nunca a vivenciará por inteiro. Não se vive a cidade, quando muito, partes dela. Casas luxuosas, apartamentos caros, o preço da terra, bares, restaurantes, serviços públicos e privados, praças etc. Tudo isso contempla áreas específicas que atendem a um público-alvo, uma clientela burguesa. Veja na Imagem 6.

Imagem 6: Bairro Jundiáí, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do Autor, 2021.

O espaço amplo da rua somado a leve arborização e com os prédios ao fundo parece ser uma paisagem normal, traz certa harmonização e até beleza por remeter a uma visão que se espera ter de uma cidade. Não se fará aqui uma crítica sobre a paisagem que a foto traz, a problematização ocorre por espaços organizados como esse serem encontrados apenas em pontos específicos da cidade. Quando nos deparamos com uma foto assim, e percebemos que esse é o perfil de urbano que queremos, não é apenas por ter prédios novos, ou casas com fachadas bonitas, mas é o asfalto bonito que não chega a todas as partes da cidade, é uma infraestrutura que deveria existir para evitar uma demanda e não o oposto.

Pode parecer pouco, mas essa realidade urbana que vemos na foto acima parece tão destoante de outras paisagens que a cidade possui. Como já foi discorrido, não há problemas em diferenciações nas áreas da cidade, o problema existe quando a causa dessas diferenciações seja única e exclusivamente o fator econômico. Nesse caso, a diferenciação entre partes da cidade é algo imputado aos moradores por ter ou não capital.

Apesar de todo prestígio que esse bairro elitista possui, seus moradores também sofrem com a violência em suas ruas, as reportagens das manchetes retiradas dos *sites* Portal 6 e Anápolis 360 noticiam atos sanguinários que aconteceram ali, conforme Imagens 7 e 8.

Imagem 7: Reportagem de homicídio no parque Ipiranga, Anápolis-GO.



Fonte: <https://portal6.com.br/2019/01/04/assim-aconteceu-o-homicidio-proximo-ao-parque-ipuranga-em-anapolis/>.

Imagem 8: Reportagem da Anápolis 360 de assassinato no Bairro Jundiá, Anápolis-GO.



Fonte: <https://www.anapolis360graus.com.br/post/2019/02/08/v%C3%ADdeo-mostra-momento-em-que-homem-%C3%A9-executado-no-bairro-jundia%C3%AD>.

É importante destacar que áreas nobres que concentram cidadãos de classe burguesa se encontram em locais próximos a avenidas e vias que dão acesso aos núcleos urbanos e aos serviços essenciais, portanto, são muito movimentadas mesmo por aqueles que não residem na região. Repare na Imagem 9.

Imagem 9: Avenida São Francisco, Bairro Jundiáí, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

A Avenida São Francisco apresenta vários serviços essenciais para a qualidade de vida da população do bairro Jundiáí, no entanto, os serviços disponíveis no comércio presente nessa avenida são de preço elevado, isso se deve pelo fato da referida avenida passar por dentro do bairro Jundiáí que, por ser o bairro onde o valor do terreno é mais elevado, acaba por deixar o preço dos serviços prestados mais caro. Para muitos cidadãos anapolinos, que conhecem o bairro e a avenida, seria como se o comércio presente naquela localidade tivesse uma placa com os dizeres “somos especializados para um determinado tipo de clientela.”

O bairro Jundiáí é uma excentricidade, seu posicionamento central o destoa da realidade dos demais bairros considerados dentre os mais nobres e até de condomínios. Na maioria das vezes, os condomínios fechados e bairros de classe mais elevada são levados a se instalarem em locais mais distantes e próximos a BRs, GOs, e avenidas que possuem acesso às áreas mais centrais. Esse processo é o de autosegregação (CORRÊA, 1995). Aqueles mais privilegiados se encaminham para fazer morada nos subúrbios, que não possuem um trânsito pesado como nos grandes centros, além de ser uma alternativa para se afastarem dos problemas sociais resultantes das desigualdades sociais. Tais desigualdades são oriundas de uma luta de classes entre os burgueses e proletários, como já elucidado por Marx em sua obra *O capital* (1988), nessa luta, a classe trabalhadora é sempre vítima, tendo a riqueza produzida pelo seu trabalho sendo apropriada pelos donos dos meios de produção, sofrendo, assim, eminentes injustiças e desigualdades que os burgueses e o Estado promovem.

Para a realidade de um burguês, que mora em subúrbio, o deslocamento para áreas centrais é algo mais prático, pois esse dispõe de um automóvel próprio, e, tendo acesso direto a uma via mais fluida, levará cerca de 10 a 15 minutos para chegar ao centro comercial da cidade. Já para um morador que não tem um automóvel, o mesmo trajeto de ônibus, sem contar a espera para adentrá-lo, levaria mais do que duas vezes o tempo de carro e, caso fosse a pé, em algumas situações, seria até inviável tal jornada.

É interessante diferenciar o subúrbio que abriga a classe média e alta do subúrbio onde se estabelece a classe baixa. O primeiro já conta com infraestrutura básica quando as primeiras pessoas decidem construir e/ou comprar suas residências nessas localidades, já o segundo, quando muito, conta com asfalto e canteiro, mas sem escolas, postos de saúde, áreas de lazer, ou mesmo se quer fazem parte do trajeto de linhas por onde passam os coletivos urbanos. Os trabalhadores dessas áreas têm que se deslocar para o trabalho, para buscar saúde, para fazer compras; seus filhos precisam se deslocar para ir à escola e para realizar várias outras atividades cotidianas.

Em bairros mais elitizados é normal se deparar com casas com uma fachada mais moderna, algo que traz uma impressão futurista, essa noção, com a qual se concebe uma moradia como uma obra de arte, nasce da apropriação que os detentores de capital fazem da própria arte. O embelezamento da fachada da casa, da rua, o paisagismo envolto à residência destaca a clara desigualdade entre aqueles que constroem uma casa pela necessidade de moradia daqueles que a constroem para, além de suprir a necessidade de moradia, atingir um alto padrão de luxo e embelezamento que eleve sua residência a um maior nível de *status* social. Ver na Imagem 10.

Imagem 10: Futurismo em áreas nobres: foto de uma casa localizada no bairro Anápolis City, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor 2021.

A casa branca impressiona, suas dimensões estabelecidas em linhas retas transmite a sensação de geometria quase perfeita, somado a isso, o muro branco que parece jamais ter sido tocado e a calçada predominantemente clara, que nem apresenta marcas de pneu ou alguma sujeira natural de onde ocorre o fluxo de pessoas.

O paisagismo feito de forma sutil e bem pontual faz do domicílio uma verdadeira obra de arte, obscurecendo aquilo que é a real arte, que é o morar e não a moradia. O Bairro Anápolis City possui o metro quadrado de um terreno em uma avaliação genérica de R\$ 43,78, valor retirado da tabela de valores genéricos de terreno por bairro, da lei complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2009.

O bairro, por ser bem visado, sofre com a criminalidade, desde pequenos furtos que acontecem corriqueiramente, até assaltos à mão armada e famílias feitas de reféns, como no caso da reportagem feita pelo *site* Mais Goiás, destacada na ilustração 11.

Imagem 11: Reportagem de família feita de refém no bairro Anápolis City, Anápolis-GO.



Fonte: <https://www.emaisgoias.com.br/familia-e-feita-refem-em-tentativa-de-roubo-com-troca-de-tiros/>.

O incômodo que situações como essa trazem é reflexo do colapso em que a cidade vive. Sem justiça social, a noção de certo e errado acaba por perder o sentido. E, assim, o caos se instala.

Para alguns, o embelezamento da casa é uma questão de gosto pessoal, para tantos outros, é um gosto predeterminado pelo mercado de moradias, que atualmente vem crescendo sem precedentes. Mas isso não muda a lógica de que um espaço pequeno e dividido entre a real necessidade e senso estético nunca poderá ser comparado com um espaço grande, em que ele não é dividido entre o necessário e o estético, mas sim ambos são harmonizados por

arquitetos que trazem consigo o renome por fazer de qualquer lugar um espaço lindo, maravilhoso e funcional.

As proporções das casas onde se abrigam os burgueses são de grande escala, possuem jardins, áreas de lazer e, em muitas, têm piscinas para o entretenimento de seus moradores, amigos próximos e pessoas de mesmo ciclo social, a alta burguesia. Observe a Imagem 12 e atente-se para a extensão do muro.

Imagem 12: Rosas em um muro: proporções exageradas em uma casa, Anápolis City, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Na Ilustração acima, percebe-se que o muro possui uma espessura onde fica um vão com um canteiro e, no canteiro, tem uma roseira. O paisagismo predominante na parte exterior ao muro da casa acompanha o gigantesco muro. Um lote com essas proporções é algo raro de se encontrar dentro da cidade de Anápolis, as dimensões largas que compreendem a calçada e a rua fazem contrapartida a inúmeros bairros que se encontram nas periferias e em lugares menos nobres da cidade e que, nem sequer possuem canteiro.

Os burgueses, apesar de se encontrarem em espaços alternados dentro do urbano, são facilmente identificados em seus espaços, os locais de suas moradias se destacam por jardins aparentes, ruas mais limpas e casas mais chamativas. Também reconhecemos seus espaços

pelos preços cobrados pelo café de uma panificadora, o preço de um serviço odontológico, o valor da cerveja em um “barzinho” e, até, pelo valor de uma pizza. Mas, o que até hoje desperta certa estranheza é quando reconhecemos os espaços da burguesia ao nos depararmos com muralhas que cercam mansões onde só é possível ver uma parte dessas casas exuberantes. Essas muralhas só são transponíveis por meio de uma entrada fortificada com guarita e vigias 24 horas, como se pode verificar nas Imagens 13 e 14.

Imagem 13: Foto da entrada do condomínio Alphaville, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Imagem 14: As mansões atrás das muralhas, Condomínio Alphaville, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

As imagens acima remontam a filmes nos tempos medievais, onde as “cidades”/reinos eram cercadas por grandes muralhas e possuíam apenas um local de acesso, um portão. O condomínio também possui uma entrada principal que é subdividida em duas entradas menores pelas quais só é permitida a entrada dos moradores, funcionários e pessoas que convêm aos condôminos. As pessoas as quais a entrada em condomínios é conveniente formam um grupo diverso, englobando desde burgueses a proletários. E a única diferença encontrada é que uma parte que adentra aos condomínios é de pessoas que prestam serviços lá e elas só são autorizadas a entrar se for pela entrada de serviço. Basicamente, trata-se de locais homogêneos que não dão margem ao heterogêneo, afirmo isso, pois, comparando os condomínios fechados com outros bairros da cidade, até os mais elitizados, a homogeneidade seria mais aparente nas minicidades atuais cercadas por muralhas. O valor do metro quadrado do condomínio não foi encontrado.

O condomínio Alphaville, registrado nas Imagens 13 e 14, é um exemplo de atentado a livre circulação dentro da cidade. Não se pode passar por suas ruas, simplesmente fecham uma parte da cidade, colocam um muro e, com a permissão do poder público, a cidade perde mais um espaço que poderia ser utilizado para lazer e/ou ser voltado para empreendimentos que prestassem serviços que prezassem pelo benefício dos cidadãos, como exemplo, um

bosque que, além de ser um lugar para lazer, também estaria voltado para a preservação da natureza e a uma educação ambiental.

Esses espaços burgueses não são proporcionais aos espaços ocupados por proletários. Mesmo tendo grandes ruas, casas com proporções maiores e até partes da cidade fechadas para suas moradias, os espaços do proletariado são mais presentes dentro do urbano anapolino. Isso é devido ao fato de existirem “muita gente com pouco, e pouca gente com muito”, utilizando uma frase usada por uma senhora ao ver essas fotos da cidade de Anápolis.

A fim de escancararmos a desordem, a iniquidade e os desajustes causados pelo sistema neoliberal capitalista vigente, abordaremos a cidade de Anápolis trazendo à tona os espaços do proletariado.

2.2.2 O ESPAÇO DO PROLETARIADO

Algumas áreas presentes na cidade aparecem como alternativa viável, pois o capital necessita de mão de obra e de um quantitativo de trabalhadores de reserva para continuar seu ciclo. Devido a isso, a cidade destina espaços para que essa população permaneça ali ao dispor dos interesses burgueses/econômicos. Tem-se, então, o espaço do proletário destinado à população de baixa e até de média renda.

Essas áreas se encontram distantes e, muitas vezes, às margens da cidade. Na cidade de Anápolis essas áreas são reconhecíveis de forma empírica, onde a habitação é precária, o lazer é empreendido de forma simples, a segurança ou é ineficaz ou ultrajante, a saúde se estabelece pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), e as unidades educacionais, em alguns casos, faz-se também ponto de venda de drogas.

A infraestrutura nessas áreas é criada pelas necessidades que se apresentam pelos moradores do local e não criada para recebê-los. E quando conseguem a infraestrutura é por meio de lutas e pressões populares. Como afirma Souza (2016, p.18), como produto desta oposição materializada territorialmente, grande parte da população encontra-se imersa em problemas só minimizados por meio de protestos, sistematicamente criminalizados pelas estruturas hegemônicas de poder.

Com a situação estabelecida pela ordem burguesa, os proletários são colocados em lugares específicos da cidade e regulados segundo os sistemas de barreiras que demarcam seus espaços de vivência. E em troca daquilo que o espaço burguês oferece aos ricos da parte nobre da cidade, o poder público oferece, como um “prêmio de consolação”, a pracinha da

esquina para um bairro mais modesto e com um valor de mercado inferior ao dos pontos nobres que a cidade possui. Veja na Imagem 15, a seguir.

Imagem 15: Praça Ilídio Garcia na Vila São Jorge, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

A imagem elenca os fatores discutidos anteriormente sobre a forma com que se constrói a infraestrutura de um espaço do proletário em comparação ao de um espaço burguês. Não questionamos aqui a oportunidade de lazer que a Praça Ilídio Garcia oferece, mas mesmo inaugurada em dezembro de 2011, após a construção do Parque Ipiranga, não se vê pela imagem as devidas proporções que o parque do bairro nobre oferece. Assim, pode-se deduzir que a proposta da iniciativa pública é: caso os moradores da Vila São Jorge e região não estejam satisfeitos com a praça local, que se desloquem ao parque Ipiranga. O valor genérico do metro quadrado de terreno no bairro, tendo como parâmetro a lei complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2009 é de R\$ 37,69.

A moradia em áreas urbanas destinadas aos trabalhadores reflete as limitações que a própria cidade apropriada pelo capital lhes impõe. O espaço de casa é restrito, a entrada da casa é a largura da calçada e a fachada, em alguns casos, é uma forma de proteção e não incorpora elementos de decoração, como podemos analisar na Imagem 16.

Imagem 16: Foto de uma casa na Rua da Liberdade na Vila São Jorge, Anápolis-GO.



Fonte: acervo do autor, 2020.

Podemos observar na Imagem 16 que não há calçada e a porta da casa dá direto para a rua, tão precário é o local no qual foi construída. Muito distante da realidade de habitação do burguês, o proletariado convive com a insegurança, por estar em vulnerabilidade social devido às condições que a ele são imputadas pela cruel lei capitalista. A razão capitalista também é, em sentido inverso, a descrição da desordem urbana, das injustiças sociais, da miséria e do confinamento nas várias esferas da vida na qual a classe trabalhadora ou grande parte dela está condenada. Na vila em questão, em um marcado dia 11 de agosto de 2018, um homem foi morto na porta de um disque cerveja, seu corpo foi cravejado de bala, denotando uma ação de grande crueldade, isso foi relatado pelo *site* Portal 6 e por pessoas que estavam próximas a cena, já que o ocorrido foi a um quarteirão do local onde o trabalho foi redigido e o assassinado era um conhecido das “peladas” e brincadeiras na rua.

Imagem 17: Reportagem do site Portal 6, homicídio na Vila São Jorge, Anápolis-GO.



Fonte: <https://portal6.com.br/2018/08/11/homem-e-morto-a-tiros-na-porta-de-disk-cerveja-em-anapolis/>.

O questionamento sobre as questões econômicas e urbanas em conjunto é a perspectiva que levaremos adiante com a presente pesquisa. Para tanto, nos aprofundaremos na descrição de fotos tiradas dentro do espaço urbano. Não basta citarmos que há desigualdade, focamos aqui em mostrá-las para que tomemos conhecimento de uma realidade próxima. Muito se tem discutido sobre a segregação e as desigualdades sociais, de modo que isso não pode se findar, mas a proposta aqui é demonstrar a realidade de um urbano, neste caso, o anapolino.

Uma visita ao bairro Santa Cecília nos elucidou o quão íngreme é a subida para se sair de casa e “ir à luta”, ir a busca do sustento da família, correr atrás de saúde, de educação e tentar melhorar a sua condição de vida. Isso é representado na Ilustração 18. A ilustração demonstra não apenas uma condição de moradia ruim, mas uma vida cotidiana que poderia ser melhor, se não fosse a desigualdade presente.

Imagem 18: A escalada do cotidiano: foto de uma rua do bairro Santa Cecília, Anápolis-GO.



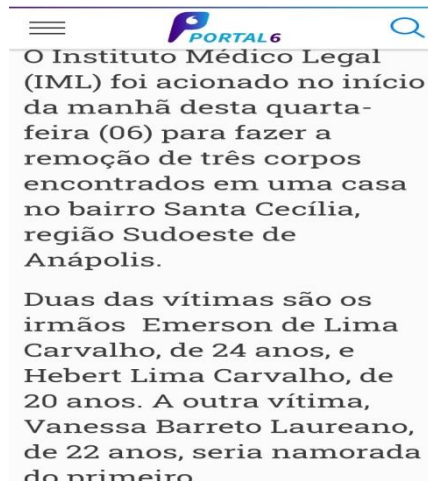
Fonte: Acervo do autor, 2021.

A vista para cima talvez seja entendida como uma subida para o combate diário, mas essa ladeira já não seria um desgaste a mais? Será que a chuva trazendo a enxurrada que deposita a lama em suas portas os motivam ao invés de trazer-lhes uma indignação contra as leis da natureza? Quais riscos existiriam a uma pessoa se ela deixasse uma motocicleta, seu meio de transporte, na porta de sua casa em uma rua íngreme como a da foto acima e a “moto” fosse levada por uma enxurrada?

O terreno no Bairro Santa Cecília possui valor genérico do metro quadrado de R\$ 7,67 em consonância com a lei complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2009. Lembramos que esse valor é genérico e não inclui uma perspectiva de valorização a partir de agentes imobiliários.

Foi nesse mesmo bairro que três corpos foram encontrados em uma casa, sendo dois masculinos e um feminino. O corpo feminino pertencia a uma mulher de 22 anos, dos corpos masculinos um era de um rapaz de 20 e o outro de um homem de 24 anos. Veja a Imagem 19.

Imagem 19: Reportagem do site Portal 6, três corpos encontrados em uma casa, bairro Santa Cecília, Anápolis.



Fonte: <https://portal6.com.br/2017/12/06/tres-corpos-sao-encontrados-em-casa-do-bairro-santa-cecilia-em-anapolis/>.

Na reportagem em questão, o choque foi imediato, difícil dizer o misto de sentimentos despertados ao ler a reportagem, o pai de um dos homens diz que o filho praticava pequenos furtos na região e estava envolvido com drogas, mas se tratava de 3 pessoas entre vinte e vinte e cinco anos que ainda tinham muito tempo para que pudessem “se concertar”, para que pudessem vislumbrar uma condição longe do vício que, nesse caso, custou a vida deles. A ineficiência ou desinteresse do setor público em saber lidar com esse tipo de situação é uma realidade latente e, digamos aqui, inquestionável. Tratamos, outrora aqui neste trabalho, os efeitos nocivos que as religiões desencadeiam nas pessoas mais crédulas. Mas não podemos deixar de comentar que algumas religiões possuem ações e trabalhos assistenciais junto a essa população mais vulnerável a criminalidade, de fato alienando-os, entretanto, preservando suas vidas. Certo é que esses problemas não só estão inseridos no urbano, como fazem parte dele.

Não trabalhamos com suposições, mas planejadores urbanos, agentes imobiliários, assistentes sociais e outros profissionais que trabalhem diretamente com o urbano com certeza deveriam se debruçar sobre tais problemas, pois se o fazem, não se trata de algo evidente. Será mesmo que uma vida na cidade é sinal de comodidade? Ou a pergunta que deveria ser feita é “pra qual classe social a cidade oferece as suas comodidades?”.

Imagem 20: Manchete em um site de imóveis.



Fonte: https://estadodeminas.lugarcerto.com.br/app/noticia/noticias/2010/06/22/interna_noticias,38898/morar-bem-e-viver-com-as-comodidades-de-uma-grande-cidade.shtml.

A manchete traz uma visão única, visto que essa não é uma realidade de todos. Na matéria, que foi divulgada em 2010, mostra a opinião do senhor Adevalde Jesus, ele fala a respeito da sua experiência como morador da capital de Belo Horizonte, e imputa traços a ela que são compatíveis com uma cidade do interior, comenta sobre a tranquilidade e sossego da cidade e que ele e sua família podem desfrutar disso, mas que também a capital oferece todos os serviços de que se necessite e que nem sempre é encontrado nas cidades de interior. Essa visão não contempla o todo, mas apenas parte dele. A cidade de Belo Horizonte é uma capital planejada e, como tal, desfruta dos benefícios advindos desse planejamento.

O planejamento urbano que a cidade teve aliada a ação do poder público cultivou bons frutos, tendo em 2003 um índice de pobreza que chegou a 5,43% de acordo com dados encontrados no IBGE cidades. Mas inserida no meio de produção capitalista, a capital mineira colhe o ônus advindo do processo do neoliberalismo atual. Frente a pandemia da covid-19, Belo horizonte passa por um aumento crescente de pobreza que é perceptível em suas ruas, como destaca a matéria do jornal Estado de Minas na Imagem 21.

Imagem 21: Reportagem do jornal Estado de Minas sobre aumento de pobreza.



Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/08/05/interna_gerais,1173163/colorido-das-barracas-expoe-o-aumento-da-pobreza-em-belo-horizonte.shtml (Acesso em: 12/02/2021).

O objetivo em destacar as referidas matérias é mostrar que, em primeiro lugar, é falaciosa a ideia de que exista uma cidade que adote um plano de consumo pautado no neoliberalismo/capitalismo e contemple um bem-estar social a todos os seus habitantes, promovendo as mesmas condições para que cada um tenha um tipo de vivência único dentro do urbano, isso não procede. E, em segundo lugar, mesmo que uma cidade seja planejada em seu urbanismo, isso não é uma determinante para a qualidade de vida dos que habitam essa cidade, pois sendo o urbanismo planejado ou não, estando inserido na lógica de acumulação capitalista, sempre caminhará ao caos e à desordem urbana.

Deixado claro que o grau de planejamento que um espaço urbano venha a ter possa contribuir para amenizar os efeitos nefastos causados nas cidades quando alinhadas ao interesse do capital, tal medida nunca será capaz de resolver as injustiças e desigualdades dentro de uma cidade, agiria sempre como um paliativo retardando ou escondendo as consequências devastadoras que o neoliberalismo e a acumulação de capital trazem.

Voltando à realidade da cidade de Anápolis, na qual enfatizo não ter sido planejada em sua origem e nem me surpreenderia se não estiver sob planejamento até os dias atuais. O urbano anapolino é uma resultante de falta de ações efetivas para parte da população e uma série de ações que prejudicam essa mesma parcela de anapolinos, retrataremos aqui por meio

de fotos o quanto a classe menos abastada é encaminhada para as periferias, locais sem estrutura e que levam alguns cidadãos a situações desumanas.

No contexto anapolino, existem bairros que não “dialogam” com a malha urbana da cidade. Bairros onde, para se ter acesso, é preciso transitar por BRs e GOs como é o caso do bairro da Lapa. O bairro se localiza na parte oeste da cidade e só é possível acesso ao bairro pela rodovia GO 330. De acordo com a lei complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2009 o valor genérico do metro quadrado de um terreno no bairro é de R\$ 4,08.

Imagem 22: Imagem de satélite do Bairro da Lapa, Vila Fabril e a malha urbana.



Fonte: Google Maps, 2021.

A distância entre o bairro da Lapa até o bairro mais próximo que é a vila Fabril é de 2,4 km, o fluxo de automóveis transitando na GO 330 é intenso e isso torna o percurso perigoso. Cabe aqui um relato pessoal, ainda no período de graduação em geografia, eu e um amigo/irmão que conheci na graduação percorremos esse trecho durante um campo que fazíamos para um projeto. Da Fabril, avistávamos o bairro da Lapa e, então, decidimos percorrer a pé o trajeto, começamos a andar e logo começamos a ficar incomodados com o volume do fluxo de carros que passavam a uma velocidade considerável, na ânsia de chegarmos ao destino apressamos o passo, mas a caminhada demorou algo em torno de 30 minutos. Esse relato foi um pouco da experiência que tivemos nesse campo, no entanto sua importância é sem precedentes, porque pode ser que essa seja a realidade cotidiana de várias pessoas que moram no bairro.

Imagem 23: Foto da GO 330 e a entrada para o bairro da Lapa, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

A foto foi tirada na GO 330, o bairro da Lapa está ao fundo. O fluxo de carros em velocidade superior à utilizada nas ruas de uma cidade faz do acesso ao bairro uma tarefa de risco, visto que um acidente nessas condições poderia causar danos irreparáveis aos acidentados. Por não estar integrado à malha urbana da cidade, o bairro apresenta diversas limitações para aqueles que nele vivem. Qualquer ida ao “centro da cidade” pode representar uma longa jornada que põe em risco a vida desses “batalhadores”, dispende-se seu tempo, limita-se a sua sociabilidade com os demais cidadãos e, caso precise visitar algum serviço relacionado a saúde com urgência, a distância vai contribuir para que seja aumentada a agonia daquele que necessitar desse tipo de atendimento.

Além das referidas dificuldades, o bairro da Lapa não está livre das ações violentas, a já ultrajante vivência no bairro por todas as limitações que ele apresenta se agravam ainda mais com os atentados brutais contra a vida humana, como no caso de um jovem que foi executado dentro de sua casa com 12 tiros. Segue a Imagem 24 com a manchete da reportagem do *Portal Aqui em Goiás* 24/11/2018.

Imagem 24: Jovem assassinado em casa no Bairro da Lapa, Anápolis-GO.

Jovem é morto com vários tiros dentro de casa em Anápolis, GO

Ele estava sozinho dentro de casa quando criminosos arrombaram a porta e realizaram 20 disparos, segundo a perícia da Polícia Civil.

24/11/2018 20h18
Por: Redação AQG \ **Fonte:** G1

Um jovem foi assassinado dentro de casa no Bairro da Lapa, em Anápolis, a 55 km de Goiânia na madrugada deste sábado (24). De acordo com a Polícia Civil, ele estava sozinho na residência quando criminosos arrombaram a porta e atiraram 20 vezes em sua direção.

Fonte: <https://portal.aquiengoias.com/noticia/599/jovem-morto-com-vrios-tiros-dentro-de-casa-em-anpolis-go>.

Ao me deparar com a notícia desse assassinato brutal, me veio à memória um trecho de uma crônica de Clarice Lispector chamada “Mineirinho” (2016), segue abaixo o trecho:

esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro.

Resguardado o contexto de um caso real do qual a crônica é uma crítica, esse trecho é o que mais se aproxima do sentimento gerado em mim ao ler uma reportagem de um ato tão bárbaro. Ser alvo de 20 disparos do qual 12 o fazem mais um número estatístico em uma triste realidade, na qual sua morte, pelo mínimo que fosse, não se traduz em medidas para que essa realidade melhore, faz disto algo desolador.

A falta de estrutura e de ações do poder público contempla o mal-estar social, haja vista que as medidas realizadas até o momento não contribuem para a melhora efetiva dos cidadãos, digo isso me referindo ao contexto anapolino, mas embora dirigido a uma cidade em específico, não se exclui dessa crítica centenas de outras cidades brasileiras. Enquanto morar para uns é um gozo, para a grande maioria é uma luta diária, luta pela sobrevivência. Enquanto pessoas com condições financeiras constroem seus lares em locais com

infraestrutura, a grande maioria só o tem após reivindicações e anos de promessas eleitorais recebidas.

Na ilustração 25 será mostrada a realidade de muitos cidadãos que, quando é período eleitoral, almejam a visita de um candidato a prefeito ou a vereador que pegue em suas mãos, olhe em seus olhos e lhes faça a promessa de que, se eleito, trará asfalto àquela rua.

Imagem 25: Onde não chega a estrutura: foto da parte sem asfalto do bairro da Lapa, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Essa parte do bairro não conta com asfalto, canteiro, calçada e a avenida na qual foi tirada a foto, não possui sinalização. O asfalto é uma realidade próxima como se percebe no lado direito da ilustração, mas infelizmente as pessoas que moram nessa parte dependem da “boa vontade” do poder público para conseguir o asfalto na porta de suas residências; os canteiros, para que com a chuva a lama não invada a sua casa e das calçadas, por onde podem trafegar sem medo de serem atropelados por um carro.

Esse é mais um caso típico em que primeiro surge à demanda por moradia, logo após a construção dessas moradias em áreas desestruturadas e por meio de pressão e a custa de muitas promessas por aqueles que compõem o poder político local, se tem a tão aclamada estrutura.

Existem também as áreas que possuem infraestrutura, mesmo que pífia, há asfalto, calçada e, às vezes, até canteiros. Mas um bairro sempre irá surgir por demanda, independente da área em que ele se encontre, o que vai mudar é que alguns bairros vão surgir por necessidade da população, necessidade em ter uma moradia, um teto. Já, outros bairros,

surgirão por demanda de mercado. Não se trata apenas da necessidade de moradia, mas sim da necessidade de produção e reprodução de capital. O valor de uso dá lugar ao valor de troca.

Surgido em um contexto de necessidade por moradia o bairro Novo Paraíso se originou a partir da invasão do morro do Cachimbo, a área foi tornada regular em outubro de 2006 e no censo demográfico de 2010, feito pelo IBGE, o bairro foi classificado como área de aglomerados subnormais ou favela. Veja nas Imagens 26, 27 e 28.

Imagem 26: Da ocupação a regularização: foto no bairro Novo Paraíso, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Imagem 27: O beco: viela no bairro Novo Paraíso, Anápolis-GO.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Imagem 28: Descida de uma viela no bairro Novo Paraíso, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

O “morro do Cachimbo”, como é comum chamar o bairro Novo Paraíso, é um lugar emblemático, pois o lugar carrega o estigma de repulsa desde sua origem. Por volta de 1950 o bairro era o lugar que abrigava leprosos. Conforme afirmação de Tavares, Peixoto, Luz, Campos e Monteiro (2015, p. 2),

no decorrer dos anos de 1950, parte dos leprosos que foram isolados na Colônia retornaram para Anápolis e agruparam-se num lugar que, posteriormente, foi denominado “Morro do Cachimbo”, situado nas cercanias da área urbanizada. Inicialmente um grupo subiu o Morro para se proteger do preconceito e ali, aos

poucos, foram se agregando. Eles vinham de várias partes do país, fugindo, em sua maioria, de Colônias. Estava formado o “refúgio dos leprosos”, no qual as regras eram ditadas ora pelos doentes, ora por grupos religiosos que se apropriavam do território para controle local.

Sempre sinônimo de perigo, a favela apresenta elementos em sua paisagem que não são comuns em outras áreas da cidade de Anápolis. Exemplo disso é o carro que se encontra abandonado na Ilustração 26. Suas vielas e becos quando se está presente no local se assemelham a um labirinto onde se entra em uma viela e sai em outra viela. Não se tem muitas alternativas para fazer um contorno, pois não há um padrão definido de quarteirões, o que torna a visita ao bairro algo complexo para quem não foi ao local antes, além disso, manobrar um carro em ruas tão estreitas exige uma habilidade muito grande para quem está ao volante. O metro quadrado do terreno possui valorização genérica de R\$ 13,28 pela lei complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2009.

No bairro, é comum ver lixo espalhado pelas ruas, devido ao pouco espaço para calçadas o lixo que seria colocado na porta da casa fica literalmente na rua. Ademais, há resíduos líquidos sendo despejados em vielas em várias partes do bairro, como pode ser visto na ilustração 28, não sei dizer o que era, mas apesar de dar uma impressão negativa, não tinha odor aparente.

Famoso, mas de forma pejorativa, entre os jovens era comum escutar alguém falar que chegou a ir lá e conseguiu sair ileso. Isso, muitas vezes, era contado como algo a se vangloriar. Infelizmente essa “fama” resulta em preconceito com relação ao lugar, preconceito esse que se estende aos seus moradores. A violência de fato está presente no bairro, e muitos pagam com a vida o preço de tal violência, como no caso citado na reportagem pelo *site Mais Goiás*, Imagem 29, em que um vizinho matou o outro após discussão por causa do lixo.

Imagem 29: Homicídio após discutir por causa do lixo, Bairro Novo paraíso, Anápolis-GO.



Fonte: <https://www.emaisgoias.com.br/homem-e-morto-com-um-tiro-apos-discutir-com-um-vizinho-por-causa-de-lixo-em-anapolis/>.

Quando estamos em trabalho de campo, nos deparamos com realidades totalmente diversas, o sentimento que fica é o de “não reconhecemos essa cidade”, devido aos crimes, às violências por motivos banais, entre outros. Isso ocorre porque o que conhecemos da cidade não compreende o que é a cidade. As desigualdades aparentes se asseveram à medida que nos aprofundamos na ida a campo.

É partindo daí que o conhecimento começa a se formar e, assim, passamos a indagar a realidade presente no urbano.

Há situações em que aquilo que nunca pensei existir se revelou a mim, contrapondo a fantasia de um modo de vida baseado no consumo, no mercado, no dinheiro e na produtividade, isso deixou “às claras” que, quanto mais a gente se insere nesse sistema econômico maléfico que rege a sociedade atual, mais deixamos de enxergar a desgraça em que muitas pessoas se encontram. Que seja permitido o discurso feito aqui, não como forma de desabafo, mas como forma de demonstrar, de maneira incisiva, que pessoas vivem em situação desumana e isso é ofuscado por uma série de fatores que tiram a nossa atenção de causas relevantes.

Ao voltarmos nossa atenção para a realidade urbana, percebemos que o poder público tem trabalhado pouco para a melhora da qualidade de vida da população como um todo, em contrapartida, esse poder público está empenhado a atender as demandas da burguesia. O caso do Residencial Leblon é esclarecedor no que diz respeito ao empenho do Estado para solucionar os problemas dos menos abastados.

Imagem 30: Foto das casas do conjunto habitacional de interesse social, Residencial Leblon, Anápolis-GO.

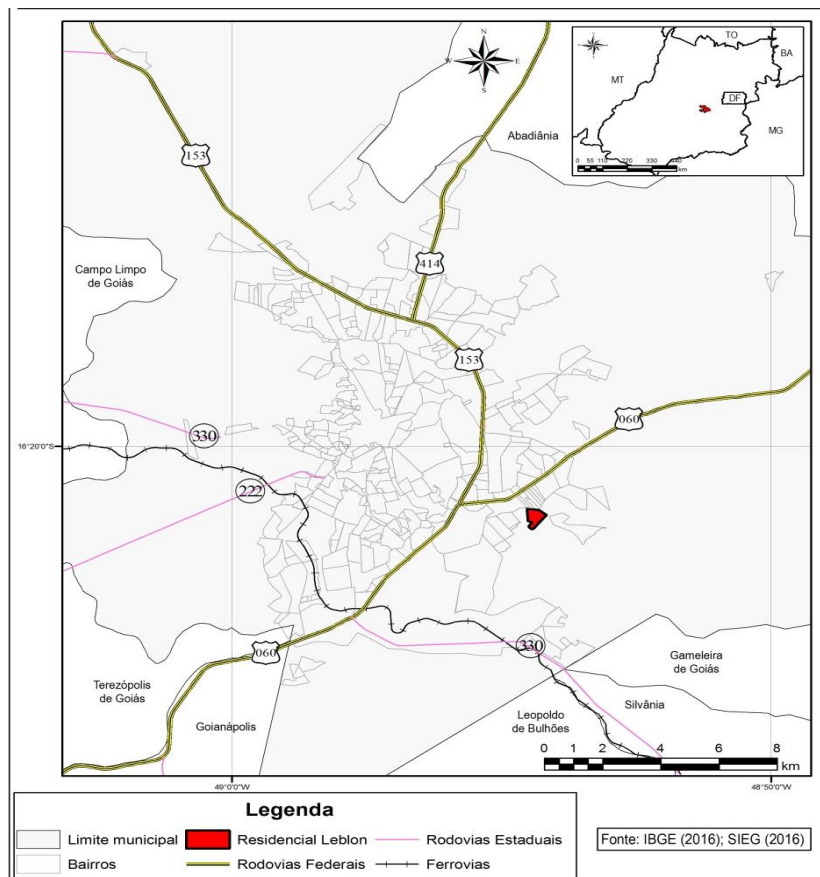


Fonte: Acervo do autor, 2019.

O Residencial Leblon é um conjunto habitacional inaugurado em novembro de 2012, um empreendimento com 825 unidades habitacionais horizontais que integram o programa federal Minha Casa, Minha Vida (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 2017). Tendo o metro quadrado de seu terreno com valor genérico de R\$ 47,92 segundo a lei complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2009. O preço parece elevado quando comparado às demais áreas, mas logo abordaremos algo que possa fazer jus ao valor elevado.

O Residencial se encontra na parte leste da cidade, na qual compreende a região periférica dela. Dessa forma, embasado nos conceitos de Corrêa (1995), o Residencial em questão é o *locus* de uma ação articulada pelos principais agentes urbanos, a fim de se obter melhor uso do solo em beneficiamento do capital, e, conseqüentemente, promovendo a segregação urbana. Veja a Imagem abaixo.

Imagem 31: Mapa de localização do Residencial Leblon, Anápolis-GO.



Fonte: IBGE (2016), SIEG (2016).

As dificuldades de acesso aos aparatos públicos, como creches, escolas, praças, transporte, segurança e saúde, além de serviços privados essenciais para a subsistência, como supermercados com diversidade de produtos, farmácias, entre outros, desencadeiam uma variedade de transtornos pelo fato da grande maioria das famílias que residem no Residencial Leblon exercerem atividades cotidianas em outras áreas da cidade no qual a logística acaba por inexistir, deixando as práticas rotineiras demoradas, custosas e até letais em casos de atendimento hospitalar urgente.

A violência e a criminalidade que também ocorre no residencial deixam em vulnerabilidade uma população já fragilizada. Nesse caso a complexidade é maior, pois se trata de um residencial destinado a pessoas de baixa renda, e que, além de serem deslocadas para uma área distante, não tomadas as devidas ações para assisti-las, a violência e o crime se expandem. Veja a Imagem 32.

Imagem 32: Homicídio de jovem por dívida de R\$ 300,00 no Residencial Leblon, Anápolis.



Fonte: <https://diariodoestado.com.br/dupla-e-presa-suspeita-de-matar-jovem-por-divida-de-drogas-em-anapolis-90590/>.

O banal mais uma vez acontece, na matéria trazida pelo *site* Diário do Estado, elucidase mais uma vez o quanto a vida se tornou algo desvalorizado, dessa vez os agentes do setor público da área da segurança obtiveram sucesso em capturar os criminosos que assassinaram o jovem de 28 anos por dívida de R\$ 300,00. A vida perdida pela referida quantia, nunca será recuperada. Outro fator recorrente na vida dos moradores do Residencial Leblon é a dificuldade de acesso ao bairro, que é viável apenas pela BR-060 ou por meio da rotatória que compreende o encontro da Av. Juscelino Kubitschek com a BR-153 saindo pela Rua Francisco Valoz.

Imagem 33: Rotatória de encontro entre a BR-153 e a Av. Juscelino Kubitschek/saída da rotatória pela Rua Francisco Valoz, Anápolis/GO, 2019.



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Imagem 34: Rotatória de encontro entre a BR-153 e a Av. Juscelino Kubitschek/saída da rotatória pela Rua Francisco Valoz, Anápolis/GO, 2019.



Fonte: Acervo do autor, 2019.

O Residencial possui uma avenida principal que perpassa por todo o Leblon, a Av. Ilha Formosa é o local onde se tem uma maior fluidez. Na parte oeste do Residencial é possível observar uma série de novas construções e áreas vagas, pois o conjunto de moradia popular foi construído na parte leste ficando a parte oeste do Residencial à espera de sua apropriação pelos interesses do capital.

Imagem 35: Av. Ilha Formosa, conjunto habitacional ao fundo e construções mais recentes à frente, Residencial Leblon, Anápolis/GO, 2019.



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Na Imagem 35, podemos observar ao fundo na parte leste do Residencial Leblon o conjunto de habitação popular e na parte oeste, referenciada à frente na foto, é possível

visualizar uma série de novas construções e áreas livres, percebendo-se diferenciações gritantes na paisagem. Na construção do conjunto habitacional, esse espaço a oeste do bairro estava totalmente vazio, sem nenhum empreendimento construído, ou seja, existia uma área que representava/afirmava a falta de interesse do poder público em articular os moradores da área com a cidade. Se essa integração entre a cidade e o Residencial Leblon se faz presente hoje, por meio das novas construções na parte oeste do bairro, isso se deve ao interesse dos agentes urbanos que, por sua vez, tem vistas a atender os interesses do capital. Talvez seja esse o motivo do valor genérico da lei complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2009, ser mais elevado quando comparado a outros bairros periféricos.

Mas não se finda aqui os inúmeros contrastes que o urbano anapolino possui, são variados exemplos que, como já foi tratado aqui, percorrem um perímetro que interligam os polos riqueza e extrema pobreza. Caso a extrema pobreza não tenha sido demonstrada de forma taxativa por meio das fotos até o presente momento, pedimos encarecidamente que não entenda as fotos apresentadas a partir de agora como algo apelativo, visto que se há alguma apelação que esse trabalho traz é a mera apresentação de uma realidade cruel em que a falta de distribuição de renda, bem como a ineficácia do poder público, isso quando esperançoso de que esse se propõe a oferecer uma quase que divina “justiça social”.

Ao me referir ao Estado, digo esperançoso, pois o medo de que esse não seja promotor de um bem-estar social, faz cego muitos que buscam ignorar a real intenção imputada a ele pelas diretrizes do capital. Entendemos que possa até haver uma possibilidade de que o setor público possa ter em suas ações algumas coisas que beneficiem os menos favorecidos de uma sociedade, só não podemos ignorar o fato de que muito do Estado e de suas ações se tornaram incoerentes quando cooptaram o capitalismo. E na referência à “justiça social” a chamamos de divina, visto que nos moldes do capitalismo, a injustiça é sempre adotada como uma lei da natureza, e pautado nisso, há uma série de argumentos provenientes do liberalismo/neoliberalismo que visa utilizar o pretexto de que a natureza é injusta. Mas esses argumentos se tornam frágeis quando se considera o fato de que o ser humano é capaz de manipular a natureza em seu favor, no entanto, ele é incapaz de transformá-la em algo mais justo em detrimento de todos, ou isso, ou demonstra grande desinteresse em fazê-lo.

A realidade urbana é a apresentação mais clara sobre o que elencamos em todo o trabalho, então vamos nos voltar para as imagens novamente como recurso imprescindível para explicar o quanto o modelo econômico atual é o principal agente promotor das desigualdades sociais, em que muitos conhecem, em primeiro, as disparidades causadas por

ele e só depois de muito sofrerem, chegam a conhecê-la. Arriscamo-nos a dizer que alguns chegam a morrer sem mesmo conhecer o causador de seus males. Veja a Imagem 36.

Imagem 36: Fachada de uma casa Conjunto Habitacional Filostro Machado, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Muitas devem ser as arguições que buscam justificar esse acúmulo de materiais recicláveis na fachada de uma residência no conjunto habitacional Filostro Machado em Anápolis-GO. Alguns dirão que se trata de uma pessoa acumuladora, outras já designaram o proprietário de “espírito de porco”, mas a realidade é que se trata de uma moradia onde parte da propriedade tornou-se depósito, essas áreas são utilizadas para o armazenamento das mercadorias que compõem o estoque que o proprietário comercializa, são os materiais recicláveis. As portas de metais que fazem a separação entre suas mercadorias e o domicílio também servem como paredes de proteção.

O que seria a calçada, é visto por muitos que passam pelo local como sendo um “amontoado de lixo” e assim é a realidade de um morador que tenha que dividir o seu habitat com os infortúnios de um trabalho que deveria ser realizado em local apropriado. Um corte provocado por algum desses materiais amontoados poderia desencadear uma série de problemas de saúde em uma pessoa.

O metro quadrado do terreno localizado nesse bairro recebe valorização genérica de R\$ 15,97 conforme lei complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2009. Assim como o morro do cachimbo, o bairro é conhecido por ser perigoso e ter a ocorrência de várias ações criminosas e violentas. Os crimes são de natureza estarrecedora, marcados pela crueldade e frieza. O Portal Guia do BL publicou no dia 23/03/2021 (ilustração 37) a notícia de que haviam encontrado o corpo de uma mulher com mais de 11 perfurações. Isso denota uma crueldade sem tamanho, a pessoa que praticou o crime se mostrou extremamente fria.

Imagem 37: Reportagem de mulher brutalmente assassinada, Conjunto Filostro Machado, Anápolis-GO.



Fonte: <https://www.guiadobl.com/noticia/mulher-e-brutalmente-assassinada-no-bairro-filostro-machado-em-anapolis>.

Para muitos, ter uma propriedade se trata de um privilégio, independe do lugar e dos riscos inerentes a ele, visto que a mercantilização da terra inflada pela noção de propriedade privada, tornou a terra, algo de difícil acesso, mesmo não sendo escasso. Isso traz à tona uma realidade cruel em que algumas pessoas possuem a propriedade e fazem sua moradia na propriedade, e outras pessoas, conseguem a propriedade por meio de ocupações/invasões e lutas por acesso a ela, porém não possuem condições de construir lá sua moradia. Acabam por sobreviver em condições deploráveis, subsistindo em moradias totalmente improvisadas conforme demonstra as Imagens 38 e 39.

Imagem 38: Moradia improvisada no Bairro Jardim Primavera 1 Etapa, Anápolis-GO.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Imagem 39: Propriedade com moradia improvisada ou moradia digna sem propriedade?



Fonte: Acervo do autor, 2021.

O bairro Jardim Primavera 1 Etapa está localizado na parte nordeste da cidade de Anápolis, é um bairro com péssima infraestrutura, essa quase inexistente. O bairro está setorizado a margem da cidade, aproximadamente 10 km de distância do centro anapolino. O valor genérico do metro quadrado do terreno no bairro é de R\$ 4,21 com base na lei

complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2009. Além de várias moradias precárias, ocorrências de violência são frequentes no bairro, basta uma busca rápida na plataforma digital Google para ter acesso a notícias com manchetes que envolvam criminalidade no bairro. Veja por exemplo a Imagem 40.

Imagem 40: Notícia sobre homem assassinado na frente da esposa e das enteadas, Jardim Primavera 1 Etapa, Anápolis-GO.



Homem é morto a tiros pelo vizinho na frente da esposa e das enteadas, em Anápolis, diz polícia

De acordo com delegado, criminoso chamou a vítima no portão de casa, atirou e fugiu.

Por Danielle Oliveira, G1 GO
22/10/2020 18h32 | Atualizado há 6 meses

Delegacia de Anápolis, Goiás — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

Um homem foi morto a tiros após ser chamado no portão de casa, em **Anápolis**, a 55 km de **Goiânia**. No momento do crime, a esposa e as enteadas da vítima, de 9 e 14 anos, estavam na residência e testemunharam o assassinato. Segundo a Polícia Civil, o atirador é um vizinho, que ainda não foi preso.

O crime aconteceu na madrugada de quarta-feira (21), no Setor Jardim Primavera 1ª etapa. Segundo o delegado Vander José Coelho Junior, da 3ª Delegacia Regional de Polícia, que realizou o primeiro atendimento, o crime pode estar relacionado a uma dívida que o vizinho tinha com a vítima. Porém, o investigador não deu mais informações sobre esse débito.

"Fizemos as entrevistas iniciais. O crime teria sido testemunhado pelos familiares, pela esposa e as enteadas, e a investigação está em andamento. O autor ainda não foi preso, acredito que em breve isso acabará acontecendo, mas não podemos antecipar outros detalhes para não atrapalhar o sucesso da investigação", disse.

O caso passará a ser investigado pelo delegado Willisses Valentim, do Grupo de Investigação de Homicídios (GIH) de Anápolis. O delegado informou que, até as 18h desta quinta-feira (22), ninguém havia sido preso.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Fonte: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/10/22/homem-e-morto-a-tiros-pelo-vizinho-na-frente-da-esposa-e-das-enteadas-em-anapolis.ghtml>.

Não consigo imaginar o quão traumático deva ser ver uma pessoa ser morta em sua frente, mas tenho certeza de que não deva ser algo fácil de ser esquecido. Uma cena violenta como essa ser testemunhada por duas crianças é algo inconcebível e inaceitável. Em verdade, já é absurdo a ideia de ver alguém morando nas condições apresentadas nas ilustrações 38 e 39.

Muitos podem achar e, alguns, taxarão a presente pesquisa de apelativa. Caso essa seja a sua percepção, caro leitor, deixe-nos esclarecer algo. Tudo aqui destacado se trata da mera realidade. O que foi aqui apresentado como especulativo deverá ser encarado como exercício de retórica, pois se praticado com afinco, em prol da melhora da qualidade de vida da

população, principalmente daqueles que mais sofrem com a pobreza e a miséria urbana, acredito que ações mais efetivas já teriam sido colocadas em ação.

O questionamento presente no título da ilustração 39 é uma provocação aos que clamam por mais e mais liberdade individual e econômica. Não nos prestamos aqui a apontar o que é certo ou errado, o que deve ou não ser feito. Temos clareza de nossos objetivos ao questionarmos de forma crítica o sistema vigente. Mas a indagação é a principal ferramenta para que se haja a melhora de algo estabelecido, e caso não seja possível nenhuma promoção dela, que haja então sua substituição.

Em meio às desigualdades, às liberdades, às injustiças e às poucas oportunidades que vêm se estabelecendo no mundo atual, a crítica fundamentada e o questionar são importantes para a mudança de uma práxis apresentada nas ilustrações acima, promovida exclusivamente por fatores econômicos.

Portanto, a discussão permanente sobre o processo de segregação como resultado na convergência de interesses das classes sociais, a lógica do capital e as ações dos agentes formadores do espaço urbano, como a violência presente no urbano citadino, se demonstram importantes. O contexto do desenvolvimento do espaço urbano anapolino, a ação do Estado como regulador do ordenamento territorial urbano e os efeitos e alterações ocorridas no cotidiano das pessoas que sofrem com a segregação e a violência urbana, necessitam de políticas que priorizem qualidade de vida e não apenas interesses do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que aqui se finda é fruto de uma análise da realidade do urbano anapolino. Os temas aqui abordados vão de estrutura urbana à política econômica, e engana-se quem pensa que não seria necessário perpassar vários temas para se ter uma real noção sobre o urbano.

Tendo sua origem ainda na graduação quando georreferenciamos grande parte da cidade de Anápolis, o processo de formação acadêmica em geografia e os estudos em disciplinas do PPG-TECCER contribuíram para a compreensão do todo. Desse modo, iniciamos essa pesquisa com as indagações presentes nas considerações iniciais e, com base no discutido ao longo de toda a dissertação, nos proporemos a respondê-las aqui.

Quando nos voltamos para a questão do urbano, devemos nos atentar à ideia de que a formação do espaço deixou de ser pautada na relação indivíduo/comunidade com esse espaço e, principalmente depois da Revolução Industrial, ele foi entendido como um meio, ou seja, o espaço que era fim em si passou a ser o meio para a acumulação de capital, sendo utilizado como matéria prima e também para subsidiar os recursos necessários para a produção de mercadorias. Não se tratava apenas de se entender o espaço, agora era necessário pensá-lo.

A apropriação da terra como mercadoria, capaz de criar valor em si mesmo, dificultou o acesso a ela que, por sua vez, passou a ser mercadoria escassa, onde somente os detentores de capital são capazes de adquiri-la. Somado a esse processo, a articulação do setor público, juntamente com os agentes imobiliários e os burgueses, acabaram por desenhar como o espaço urbano se estabelece. O direcionamento de espaços para determinados “clientes” fez da cidade um lugar de múltiplas experiências, fazendo jus à afirmação de que a cidade não é apenas uma.

O processo de produção capitalista é, na verdade, o principal fator que circunda a formação de um espaço resultante da relação que o indivíduo tem com ele. O desenvolvimento do capitalismo transfere a importância do espaço que, outrora, era dedicado aos interesses de indivíduos organizados em sociedades, mas que dentro da dinâmica do capitalismo é um meio, ferramenta utilizada para distinguir classes, ser fonte de *status* e poder, meio de recursos para o desenvolvimento do trabalho e a apropriação indevida deste último e local das interações sociais em que o fator econômico se encontra completamente arraigado no contexto urbano.

O capitalismo interage diretamente nas relações sociais e de trabalho. Quando o trabalho realizado é a fonte de riqueza e acumulação de capital por aqueles que não o exercem

diretamente, mas são donos dos meios de produção, entende-se que parte significativa do valor gerado pela força de trabalho humano é apropriada pelo dono dos meios de produção e o que é pago ao trabalhador em dinheiro é desproporcional ao valor gerado pelo seu trabalho. A riqueza produzida pelo trabalhador é apropriada pelo capitalista, por isso a acumulação do capital nas mãos de poucas pessoas.

Quanto mais se produz por meio do trabalho, maior será o capital acumulado, maiores as desigualdades, maior será a individualidade dos espécimes que compõem a sociedade.

Quando o espaço urbano é tido como o *locus* da produção de capital e também de sua reinserção para maior acumulação da riqueza gerada pela exploração em massa de trabalho, onde somente por meio dele a natureza se transforma em mercadoria, esse espaço se ausenta de seu real sentido, visto que sua formação deveria advir da interação dos seres humanos com o mesmo. Esse processo distorce os preceitos que deveriam ser a base da formação do espaço urbano e os deixam à periferia, pois o principal e o centro passam a ser o fator econômico. Essa troca desencadeia reações que desembocam na desordem urbana, como o explanado durante a dissertação da pesquisa. Entendemos que o abordado na pesquisa são apenas alguns dos vários problemas que resultam na desordem urbana. Por isso temos convicção da necessidade de ampliarmos a pesquisa para englobarmos os demais males presentes no urbano anapolino, e em vários outros urbanos dentre os mais de 5.000 presentes no país.

Aja vista a realização desta pesquisa, findamos com a retórica da música de Sidney Miller já citada neste trabalho “Pois é, pra quê?”.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARLOS, A. F. A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Editora Labur, 2007.
- FREITAS, C. A. L. L. **A Reciclagem e sua Dinâmica Reprodutora de uma Situação de Lumpemproletariado**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do Espaço Urbano**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- HARVEY, D. **A Produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- I.B.G.E. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/anapolis/panorama>. Acesso em Março/2021.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Notícia publicada em 05/08/2019 em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34944. Acesso em abril/ 2021.
- KONDER, L. **O que é Dialética**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.
- LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Ed: Ulisseia, 1972.
- LEFEBVRE, H. **Contra los tecnocratas**. Buenos Aires: Editora Stilgograf, 1972.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, H. **Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LISPECTOR, C. **O Mineirinho**. In: MOSER, B. (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- LUZ, J. S. **A especialização da atividade comercial atacadista: o setor atacadista-transportador moderno de Anápolis-GO**. Dissertação (mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- LUZ, J. S. **A (re) produção do espaço da Anápolis/GO: a trajetória da cidade média entre duas metrópoles – 179 – 2009**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.
- MARX, K. **O Capital**. v. 2. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel** (Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus). São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, A. C. R., COSTA, W. M. **Valorização do Espaço**. 2. ed. São Paulo: Ed: Hucitec, 1987.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro 2: As matrizes da renovação**. São Paulo: Ed: Contexto, 2009.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

POLONIAL, J. M. **Anápolis nos tempos da ferrovia**. Dissertação. Departamento de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. **Notícias**. Disponível em <http://www.anapolis.go.gov.br/portal/multimedia/noticias/ver/prefeitura-de-an-polis-inaugura-residencial-leblon1>. Acesso em Jul./2020.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. (Coleção repensando a geografia) 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

SADER, E. **Estado e Política em Marx**. Boitempo, 2014.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SOUZA, B. A. **Valparaíso de Goiás (GO) e a segregação residencial produzida por um processo integrador/fragmentador**. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado), Universidade Estadual de Goiás - Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2016.

TAVARES, G.G. *et. al.* Lepra Mora no Morro: O “refúgio” de leprosos em Anápolis, Goiás, Brasil (1930–1970). **Revista Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 4, n. 1, p. 110-125, julho 2015. Disponível: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/>. Acesso em abril 2021.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

VILLAÇA, F. A recente Urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. **Urbanização Brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ARTE, 2003, p. 28-41.

XAVIER, G. L. **Tempo-Espaço na Vida Cotidiana do “Boia-Fria”**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Ciências Sociais), Goiânia, 2012.